EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

AGROINDÚSTRIA

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

VOLUME 12 NÚMERO 11 NOVEMBRO DE 1988

IMPRESSO

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro **(Chefe do Cea/Ibre/FGV)**

Núcleo editorial: Boris Gheventer, Fernando Roberto de Freitas Almeida e Maria José Cyhlar Monteiro.

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer **(preços no nível do produtor)** v a g **(pecuária e cacau)**; Eliana Conde Barroso Leite Viglio **(arroz e feijão)**; Fernando Roberto de Freitas Almeida **(oleaginosa trigo e uva)**; v a g o **(algodão, outras fibras vegetais e laranja)**; Irene Raguenet Troccoli **(milho, aves suínos)**; Janet Fajardo Zaidhaft **(batata, cebola e mamona)**; Maria José Cyhlar Monteiro **(política agrícola)**; Martha Macedo d Lima Barata **(aveia, centeio, cevada e sorgo)** e Virgínia Cardoso W. Vieira **(café)**.

Estatística (preços no nível do produtor): Adib Jamil Amin **(preços de terras, salários e serviços)**; Lúcio Junquei Campos **(preços recebidos)**; Mário Sachs Rabello **(índices e relações de trocas)**; e Oraide Terezinha Novaes **(preços d insumos)**.

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego **(bibliotecária)** e Maria Célia Ávila Bezerra.

Técnico de editoração: João Daniel de Castro Filho.

Serviços de secretaria: Vilma Tavares de Lima Oliveira **(secretária)**; Lúcia Maria Santos de Paula e Rosa Cristina da Silva Leite.

Estagiários: Alexandre Manoel Cabral Rodrigues Junior, Brena Paula Magno Fernandez, Lenice Ypiranga Benevides de Araújo Marcos Arzua Barbosa.

Microcomputador: Bruno da Silva Junior.

Composição: Iolanda Aparecida da Silva e Neli Martins Mascarenhas.

Arte, incluindo capa, gráficos, ilustrações e diagramação: Pedro Marcílio da Silva Leite.

Impressão: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda. (PABX 224-7732 – 231-3213).

É permitida a reprodução total ou parcial do **Agroanalysis**, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1– ,n.1– 1977–	
1977	
mensal	CDU 631(05)

Praia de Botafogo, 190 – 8º and.
22.250 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL
Telefone Geral da FGV: PABX 551-1542
Caixa Postal: 9052
20.000 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Telex: 212-3840 FGVE BR

NOVO ENDEREÇO

Solicita-se aos leitores que, na eventu comunicação de mudança de endereç remetam a etiqueta do último **Agroanalysis** recebido.

NOTA DA EDIÇÃO

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

*O **IBGE** vem de publicar seu primeiro **Prognóstico da Produção Agrícola para 1989 no Centro-Sul e Rondônia**, em que são quantificadas as intenções do plantio das principais lavouras temporárias. São treze os produtos considerados (algodão herbáceo, amendoim, arroz, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, feijão, fumo, mamona, mandioca, milho, soja e tomate) e, deles, apenas três terão acréscimos em suas áreas de cultivo, a saber: cebola, fumo e soja. No cômputo geral, a área plantada decrescerá 1,5%, passando de 31,1 milhões de ha para 30,7 milhões de ha.*

O fato de dez lavouras perderem área não causará grande impacto sobre o total semeado, em virtude de o cultivo da soja representar mais 1 milhão de ha sobre o que se plantou com esta leguminosa na safra 1987/88.

Aliás, a prevalecerem essas estimativas, a principal lavoura, em termos de área ocupada, será a da soja. A do milho, seu tradicional concorrente pela terra, deverá manter-se estagnada.

*É interessante observar que o governo federal procurou incentivar a plantação do milho, atribuindo-lhe limite de 100% de financiamento do crédito de custeio, para todas as categorias de produtores. Também foram criadas faixas específicas de acesso ao **VBC**, para estimular os agricultores capazes de obterem os melhores rendimentos físicos e se concedeu prêmio de 15% sobre o preço mínimo de garantia.*

Todavia, no atual contexto de indefinições agudas prevalecentes na economia brasileira, as atividades agrícolas destinadas ao abastecimento do mercado interno se mostram pouco atraentes e os estímulos oficiais ao milho, pelo visto, apenas impediram um recuo maior. Afinal, neste caso específico, também as tendências do mercado não se mostram promissoras, em razão da existência de estoques elevados. Pouca, ou nenhuma, influência teve a quebra da safra norte-americana sobre as cotações do produto brasileiro.

No que se refere à soja, porém, ademais das sofisticadas infra-estruturas agroindustrial (ver, a propósito, matéria sobre agroindústria, nesta edição) e de exportação, sabe-se que, durante pelo menos alguns meses, em 1989, a comercialização no mercado internacional será favorável aos produtores e industriais brasileiros. Contudo, ao contrário do que ocorreu este ano, quando se optou por comercialização lenta e segura, os sojicultores terão de ser mais ágeis, no primeiro semestre, antes do conhecimento dos prognósticos da próxima safra norte-americana.

SUMÁRIO

PRODUTOS VEGETAIS
- Arroz 2
- Uva 5

ENSAIO ESPECIAL
- Agroindústria em São Paulo 7

ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL DA AGROPECUÁRIA
- Cevada 21
- Soja 22

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 23

PREÇOS RECEBIDOS E RELAÇÃO DE TROCAS 23

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS
- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

ARROZ

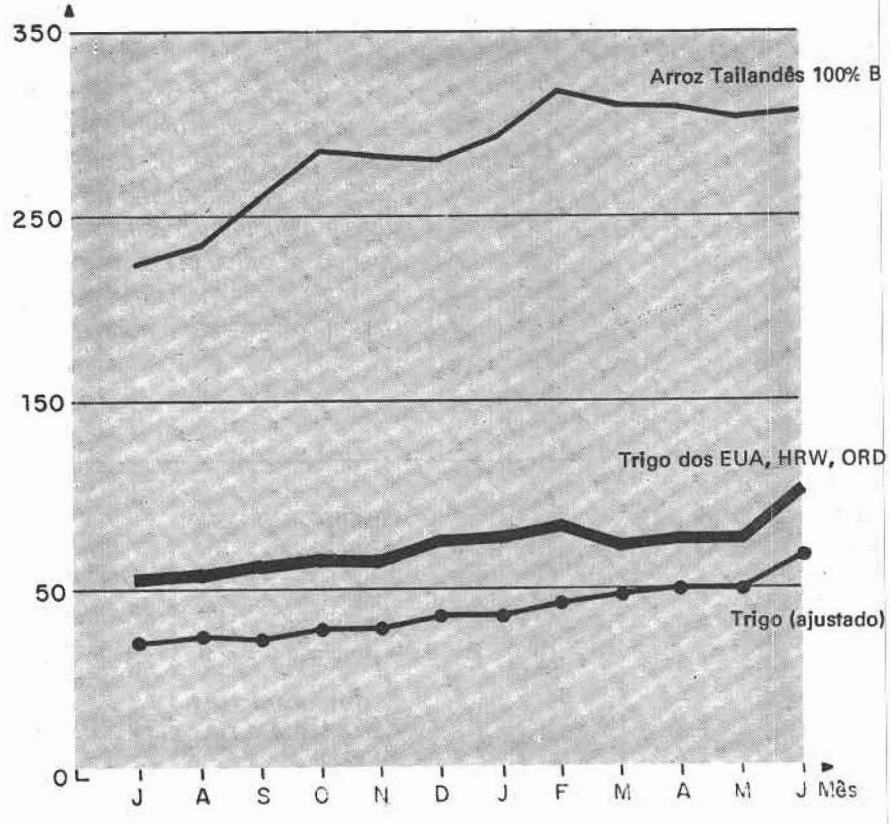
"A significativa redução na disponibilidade de arroz para exportação, em 1988, deveria ter sido acompanhada por um movimento equivalente nos preços, não fosse por algumas mudanças de longo prazo nos padrões do comércio mundial."

O enorme declínio na produção de arroz do **Extremo Oriente**, no final de 1987, e a conseqüente ascensão dos preços, tiveram notável impacto sobre o comércio internacional de trigo. Contudo, como o arroz é uma lavoura predominantemente de subsistência, a queda na produção de arroz em casca foi amplamente compensada com a redução do consumo. Os estoques relativamente abundantes detidos por importantes países importadores também foram bastante desfalcados, a ponto de se considerar que serão os mais baixos dos últimos dez anos, no fim deste ano. Uma questão fundamental, no ano passado, foi determinar até que ponto os preços mundiais do arroz poderiam subir, para refletirem o descompasso estatístico entre a disponibilidade e a demanda. Desde julho de 1987, os preços de exportação estavam três vezes maiores do que os do trigo. Historicamente, porém, permanecem bem abaixo dos picos de cerca de US$ 400/t ocorridos há oito anos. Nos últimos meses, os preços se reduziram, com o arroz tailandês 100% segundo tipo situando-se em US$ 310/t-**Fob**. No mesmo período, os preços do trigo e de outros cereais fortaleceram-se consideravelmente.

O Gráfico 01 apresenta os movimentos dos preços do arroz e do trigo durante os últimos doze meses. O diferencial entre os preços dos dois cereais foi grandemente reduzido desde março, quando as cotações do trigo subiram. O valor das exportações do trigo **hard red winter** dos **EUA**, aqui apresentado, não é inteiramente representativo, devido à contínua disponibilidade dos subsídios à exportação, embora em níveis reduzidos. Ajustando estes valores pela média dos pagamentos mensais dos bônus para o trigo, sob o **Export Enhancement Program**, tem-se uma idéia aproximada dos valores transacionados. O diferencial entre os preços mundiais do arroz e do trigo pode ser ajustado pelos preços nominais de exportação do arroz tailandês. Recentemente, por exemplo, o **tipo 2**, 100% tailandês, foi vendido, de fato, por US$ 260/t, bem abaixo das cotações oficiais.

MERCADO INTERNACIONAL – PREÇOS DE EXPORTAÇÃO DO ARROZ E DO TRIGO – JULHO/87 A JUNHO/88 – (US$/t)

GRÁFICO 01



FONTE – Conselho Internacional do Trigo.

A ascensão dos preços do arroz tem sido contida, em parte, por uma elasticidade da demanda maior do que a esperada. Os consumidores de vários países asiáticos deficitários no abastecimento do cereal têm buscado outros grãos, ou arroz de pior qualidade, mais rapidamente do que se imaginava. O uso do arroz como ração animal, também diminuiu rapidamente. Além disso, os importadores atrasaram as compras, na expectativa de que a oferta poderia aumentar na segunda metade do ano, conforme as perspectivas de acentuada reviravolta na produção mundial.

Em grande medida, contudo, o **desaquecimento** dos preços de mercado resultou de algo mais do que a antecipação da existência de disponibilidade para exportação. Em razão de a segunda safra da **Tailândia** ter sido superabundante, os embarques desta origem podem ser 600 mil t maiores do que o anteriormente previsto. Também contribui para isto o excedente de arroz no **Brasil** que, há apenas dois anos, foi o maior importador mundial. As estimativas dos prováveis embarques brasileiros variam, mas deverão estar disponíveis entre 500 mil t e 1 milhão de t, possivelmente envolvendo substanciais gastos governamentais para eliminar a diferença entre os preços internos e os do mercado mundial. Prevê-se que também o **Uruguai** terá significativa disponibilidade para venda no exterior.

As exportações dos **EUA** podem aumentar modestamente, para 2,6 milhões de t, mas, devido à rápida redução dos estoques de passagem, algum produto da colheita de 1988 terá de ser colocado. Espera-se que esta seja 20% maior do que a precedente, seguindo-se ao corte efetuado na exigência de redução da área cultivada, o que ajudou a ampliar o plantio. No total, porém, é improvável que a disponibilidade de exportação de 1988 seja muito superior a 10,5 milhões de t, comparadas com 11,6 milhões de t, em 1987, e as importações mundiais terão de ser adequadas àquele total (ver Quadro 01).

QUADRO 01– ARROZ[1] – ESTOQUES FINAIS MUNDIAIS[2] – 1977-81 E 1985 A 1988
(em milhões de t)

ESPECIFICAÇÃO	1977-81 (média)	1985	1986	1987	1988[3]
Principais Exportadores[4]	20,7	29,6	24,8	19,1	15,0
Outros	21,6	25,1	30,9	31,6	19,9
Total	42,3	54,7	55,7	50,7	34,9

FONTE – IWC.
1 Descascado;
2 soma dos estoques de cada país, no fim do ano comercial individual, conforme estimativa da FAO;
3 previsão;
4 Birmânia, China, Paquistão, Tailândia e EUA.

A significativa redução na disponibilidade de arroz para exportação em 1988 deveria ter sido acompanhada por um movimento equivalente de alta nos preços, não fosse por algumas mudanças de longo prazo nos padrões do comércio mundial. Durante a última década, certo número de grandes importadores tradicionais do **Extremo Oriente**, como a **Coréia do Sul** e a **Indonésia**, alcançaram a auto-suficiência. O total do comércio internacional tem sido mantido apenas com um desvio das operações, para o atendimento à crescente demanda em mercados menos tradicionais do **Oriente Médio** e da **África**. Outrossim, o agravamento dos problemas de dívida externa tem colocado limites estritos à flexibilidade dos países em desenvolvimento, para adequarem suas compras às quebras da produção interna. Também têm conseguido tirar vantagem de linhas de



QUADRO 02 – ARROZ[1] – MERCADO INTERNACIONAL – 1977-81 E 1985 A 1988
(em milhões de t)

ESPECIFICAÇÃO	1977-81 (média)	1985	1986	1987[2]	1988[3]
Importações					
Ásia	5,8	5,2	4,8	5,9	5,5
Bangladesh	0,2	0,3	0,1	0,7	0,4
Hong Kong	0,3	0,4	0,3	0,3	0,4
Índia	–	–	–	0,1	0,8
Indonésia	1,6	–	–	0,2	0,2
Irã	0,5	0,5	0,5	0,9	0,6
Iraque	0,3	0,5	0,5	0,7	0,5
Malaísia	0,3	0,4	0,2	0,2	0,3
Filipinas	–	0,5	–	–	0,2
Arábia Saudita	0,3	0,4	0,6	0,4	0,5
Outros	2,3	2,2	2,6	2,5	1,6
África	2,2	3,1	3,2	3,0	2,8
Outras Regiões	2,8	3,0	4,2	2,7	2,2
Mundo	10,8	11,3	12,2	11,6	10,5
Exportações					
Ásia	6,8	7,7	8,0	8,0	6,1
Birmânia	0,6	0,5	0,6	0,5	0,3
China	1,2	1,0	1,0	1,0	1,1
Paquistão	1,0	1,0	1,1	1,3	1,2
Tailândia	2,6	4,0	4,3	4,4	2,6
Outros	1,4	1,2	1,0	0,8	0,9
Outras Regiões	4,0	3,6	4,2	3,6	4,4
Brasil	0,1	–	–	–	0,4
EUA	2,6	1,9	2,4	2,4	2,6
Uruguai	0,1	0,3	0,2	0,2	0,4
Outros	1,2	1,4	1,6	1,0	1,0

FONTE – FAO (exceto 1988).
1 Descascado;
2 estimativa;
3 previsão;
4 não inclui Formosa.

crédito mais generosas e de descontos nos preços do trigo oferecido pelos principais exportadores.

Os acontecimentos no mercado mundial do arroz, no segundo semestre de 1988, serão largamente influenciados pelas ações dos principais consumidores da **Ásia**. No início de junho, por exemplo, a **Índia** completou uma das maiores transações isoladas com arroz já registradas, comprando 500 mil t da **Tailândia**, para entrega em outubro, com preços variando de US$ 243/t (25% quebrados) a US$ 248/t (15%). Adicionalmente, 200 mil t foram contratadas na **Coréia do Norte**, para completar os estoques de segurança, em rápido declínio, previstos em apenas 1 a 2 milhões de t em outubro, fim do ano comercial. Comparados com os estoques oficialmente detidos de cerca de 5,6 milhões de t um ano antes, estes níveis projetados são claramente muito apertados. O consumo anual normal da população de 800 milhões de habitantes da **Índia** ultrapassa atualmente 60 milhões de t. O desempenho **neutro** da monção do verão, apesar de seu início excelente, somou-se às pressões para que se aumentassem os estoques. Conforme demonstrado no Quadro 02, a **Índia** será um dos maiores importadores de arroz de 1988.

Outra importante variável é a posição da **Indonésia**. Apenas há dois anos, este país lutava com problemas associados à superoferta, que se seguiu ao sucesso no esforço para alcançar a auto-suficiência. Este ano, a demanda pode ser extremamente ajustada, para impedir que se façam compras no mercado internacional, mesmo em pequena escala. Também haverá demanda adicional pelo arroz por parte das **Filipinas**, de que se esperam importações de, no mínimo 200 mil t, principalmente na forma de ajuda alimentar dos **EUA**.

Contudo, o aumento das importações por estes países asiáticos pode ser compensado pelas menores necessidades de **Bangladesh**, em seguida à acentuada recuperação na produção total. Em junho, os estoques de arroz foram oficialmente estimados em 1,3 milhão de t, suficientes para atender ao consumo nos próximos seis meses, o que fez com que um plano recente de compra de 100 mil t de arroz tailandês fosse adiado. Alguns países do **Oriente Médio** também devem reduzir suas compras, em reação aos preços mais elevados. Espera-se, igualmente, que a **África** importe menos arroz, em 1988.

Publicado originalmente pelo ***International Wheat Council*** *, em 06/07/88. Tradução de* ***Fernando Roberto de Freitas Almeida***, *economista do* ***Centro de Estudos Agrícolas/Ibre/FGV.***

UVA

Além das dificuldades trazidas pela irregularidade do clima nas áreas mais tradicionais da viticultura e da queda do consumo dos vinhos, há preocupação quanto a possíveis alterações na política agrícola, para 1989.

A safra de 1988 confirmou as expectativas quanto a seu resultado. Normalmente, tem-se uma safra **cheia** a cada três anos (ver **Agroanalysis**, vol. 12, nº 2, fevereiro de 1988). A última grande safra foi registrada em 1985 (715 mil t) e a colheita deste ano foi recorde.

Infelizmente, porém, para muitos produtores, o sucesso dos parreirais, principalmente os do **Rio Grande do Sul**, de **Vitis vinifera**, não encontrou contrapartida no comportamento do mercado, tendo-se verificado dificuldades na comercialização (ver **Agroanalysis**, vol. 12, nº 7, julho de 1988). Apesar de a demanda das indústrias gaúchas ter sido maior do que se esperava, a polêmica criada em torno do preço, desde o início do ano, persistiu durante meses (ver Quadro 03).

QUADRO 03 – UVA – PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES EM ESTADOS SELECIONADOS – 1987 E 1988 (Cz$/kg)

MÊS	RIO GRANDE DO SUL		SÃO PAULO		SANTA CATARINA	
	1987	1988	1987	1988	1987	1988
jan	1,93	15,86	6,03	...	...	11,75
fev	3,39	13,81	3,01	21,00	8,36	16,60
mar	7,56	13,71	10,27	56,74	8,23	18,12
abr	7,59	13,39	13,18	...	9,13	24,79
mai	7,59	13,64	13,18	...	9,13	26,62
jun	7,68	14,20	15,48	...	9,13	40,00
jul	7,63	17,85	...	...	11,46	...
ago	9,65	17,85	...	...	12,21	...
set	7,34	17,85	...	...	12,21	...
out	7,38	–	...	–	19,00	–
nov	9,00	–	...	–	19,00	–
dez	9,00	–	...	–	19,00	–

FONTE – FGV/Ibre/Cea.

Segundo o **Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho**, da **Embrapa**, o acordo estabelecido entre os viticultores e as empresas vinícolas, em 30/6, foi, afinal, cumprido por praticamente todas as indústrias e cooperativas. A exceção teria ocorrido em Flores da Cunha, mas por ter sido acertada com a cooperativa local outra remuneração, com bases diferentes das demais regiões produtoras.

O preparo da safra a ser colhida para 1989, evidentemente, transcorreu sob influência da preocupação quanto aos incertos rumos da economia do país. No que se refere ao clima, a situação deste ano também não pode ser considerada normal para a atividade. Já no início da colheita da safra de 1988, houve recuperação dos vinhedos gaúchos, quando parecia que estavam mal, em razão das fortes chuvas de janeiro. A estiagem que se seguiu, contudo, foi bastante benéfica para a qualidade da safra.

No inverno, porém, parecem ter-se invertido os termos da equação. Com efeito, inicialmente, a intensidade do frio, no Sul, favoreceu os parreirais do **Rio Grande do Sul** e **Santa Catarina**. A seguir, começaram os problemas, logo nas primeiras etapas do ciclo da planta, na fase de brotação. Houve, então, alternância de dias quentes e frios e, segundo o **CNPUV**, situado em Bento Gonçalves, os agricultores acabaram sendo surpreendidos pela incidência de antracnose, doença fúngica para a qual não estavam preparados. Caso prevalecessem as condições usuais da Serra Gaúcha, seria de se esperar o aparecimento do míldio, associado a temperaturas mais altas.

Em meados de novembro, quando já deveria haver maior definição, os problemas prosseguiram, agora com oscilações ainda mais bruscas do clima, por vezes com forte calor e precipitações de granizo no mesmo dia.

Diante desta situação, passou-se a aguardar quebra de até 30% na próxima colheita, a se iniciar em janeiro, em relação à chamada **safra de pico**, de 1988. Uma perda deste porte recolocará a produção do estado em nível próximo ao registrado na safra frustrada de 1987 (ver Quadro 04).

Também em **Santa Catarina**, onde havia temor quanto a geadas após o inverno especialmente rigoroso, houve áreas esparsas atingidas por granizo, com algumas perdas, segundo a **Acaresc** de Videira, região responsável por 90% da produção de uva do estado.

A viticultura catarinense não foi

QUADRO 04 – BRASIL – PRODUÇÃO DE UVA – SAFRAS 1986/87 E 1987/88

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO FÍSICO (kg/ha)	
	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88
RS	39.852	39.892	351.380	541.766	8.817	13.599
SP	9.084	8.574	107.234	99.359	11.805	11.588
SC	5.820	5.286	60.000	74.547	10.309	14.103
PR	2.225	2.430	24.600	30.126	11.056	12.398
PE	825	692	11.180	10.014	13.552	14.471
Outras	1.270	1.071	3.020	6.326	2.378	5.874
BRASIL	59.076	57.892	557.414	762.138	9.436	13.165

FONTE – IBGE.

tão afetada como os pomares de maçãs e peras, por ser mais bem distribuída pelo território.

Como cerca de 80% da produção de uva são vendidos para as indústrias de sucos e de vinhos, atualmente muito estocadas, também ali há preocupação com o mercado, no próximo ano.

O mesmo distúrbio climático atingiu a região produtora de Jundiaí, **São Paulo.** De acordo com informações da **Casa da Agricultura** local, a queda de granizo do dia 13 de outubro destruiu aproximadamente 8 milhões de pés (há cerca de 25 milhões de pés ali plantados). Pode-se supor que a próxima colheita, a se iniciar em dezembro, já está desfalcada em pelo menos 30% da produção. Nos parreirais de Vinhedo, Itupeva e Louveira, trata-se de impedir que o aparecimento de fungos e bactérias traga ainda mais prejuízos.

No que se refere à comercialização, as informações são favoráveis. Há, no momento, alguma quantidade de uva entrando no mercado paulista, proveniente de Indaiatuba. Alcança preços de até Cz$ 8.000/caixa. Aliás, no início de outubro, podia ser encontrada em **São Paulo** uva originária de pequenas plantações fora da região principal do estado (que quase não efetua a poda fora de época) por Cz$ 6.000/caixa de 7 kg da variedade **rubi** e **Cz$ 5.000/caixa de 7 kg da variedade itália.**

Se nos três principais estados produtores, o panorama da próxima colheita não é dos mais promissores, o mesmo não ocorre nas novas zonas de produção da fruta. Em **Pernambuco,** por exemplo, os parreirais, irrigados, apresentam-se muito bem, de acordo com o **IBGE.** A área ocupada com uva, em Petrolina, em 31/12/87, era de 160 ha e a plantada em 1988 atingiu 132 ha, totalizando, hoje, 292 ha. Por serem lavouras altamente tecnificadas, pode-se definir a extensão a ser colhida. Assim, a área destinada à colheita, em dezembro (colhe-se durante todo o ano, mas esta é a época principal) é de 125 ha. Na maior região produtora do estado, que é o município de Santa Maria da Boa Vista, havia, no final de 1987, 610 ha, a que se acrescentam mais 60 ha, este ano. Ali a área prevista para a colheita do fim de ano é de 450 ha.

A produtividade física das plantações pernambucanas é a maior do país e, este ano, superou as 14/t/ha em Petrolina e 16/t/ha, em Santa Maria da Boa Vista.

Apesar do alto custo para a formação de novos parreirais irrigados, a atividade continua a se expandir no **Nordeste,** tendendo a crescer, agora, na região de Irecê, na **Bahia,** tradicionalmente produtora de feijão, mandioca e milho.

Além das dificuldades trazidas pela irregularidade do clima nas áreas mais tradicionais da viticultura e da queda do consumo dos vinhos, que acarreta a formação de estoques nas vinícolas, há outro problema no horizonte da ativ' 'ade. Ao que parece, poderão ocorrer alterações na política agrícola para a uva. Já esteve em cogitação a sua pura e simples retirada da pauta dos produtos cobertos pela **Política de Garantia de Preços Mínimos.** No entanto, de acordo com a **CFP** "a penetração e a importância de que se reveste a **PGPM** para o setor vitivinícola podem ser aquilatadas através do volume de derivados de uva colocados em **EGF** a partir de sua inclusão na pauta. Pode-se constatar claramente que parcela significativa da safra vem sendo financiada através de **EGF,** demonstrando, de forma inequívoca, que esta linha de crédito tem-se constituído na principal fonte de recursos à comercialização de uva e derivados, além de configurar um importante estímulo à eficiência e ao desenvolvimento da atividade" **(Preços Mínimos – Estudos Técnicos – 1986/87).**

Agora, anuncia-se que se buscará estabelecer um preço mínimo menor, possivelmente desvinculado do cálculo do custo de produção, para não onerar o governo federal com aquisições da fruta.

O novo preço do quilograma da uva comum, no **Rio Grande do Sul,** começará a ser discutido, em fins de novembro, entre repesentantes da **Comissão Interestadual,** constituída por sindicatos de produtores e da **União Brasileira de Vitivinicultura,** no **Conselho Nacional de Vitivinicultura (Conavin).**

AGROINDÚSTRIA EM SÃO PAULO

Nas últimas duas décadas, houve grande expansão das agroindústrias no Brasil. Em São Paulo, as políticas que apoiaram este processo encontraram enormes facilidades, pois o estado já contava com agricultura diversificada e expressivo desenvolvimento agroindustrial.

O impulso à modernização da economia brasileira, a partir do final dos anos 60, foi enorme. Na agricultura, desencadeou-se um processo, mais tarde denominado **modernização conservadora**, que modificou sobremaneira a situação do campo no **Brasil**.

A expansão da agroindústria foi um dos elementos centrais desse processo, já que a agricultura passaria a ser, a partir daí, envolvida pelos subsetores industriais que lhe vendiam insumos e lhe compravam os produtos.

São vastas as discussões sobre a "industrialização" do campo, sendo que alguns autores chegam a sustentar que "há um modo industrial de produzir na agricultura" criado a partir desse processo de modernização agrícola. Mesmo em termos relativos, é inegável que os vínculos da agricultura com a atividade industrial passaram a ser muito mais estreitos no país, nas últimas duas décadas.

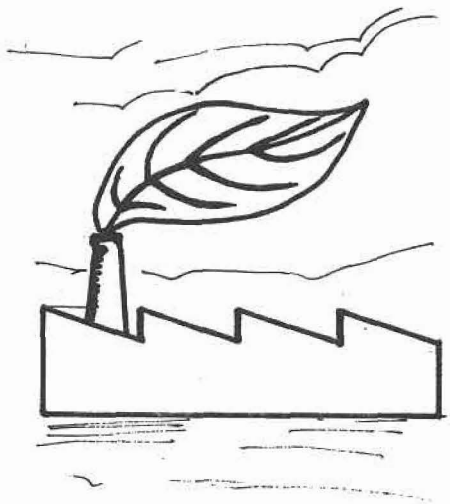
Em **São Paulo**, dadas as características de seu desenvolvimento agrícola e industrial, o processo de modernização da agricultura e de crescimento da agroindústria foi particularmente intenso.

Há diversos conceitos empregados para a explicação do que é a agroindústria. As definições mais amplas incluem desde a produção de insumos para a agricultura – máquinas e implementos, fertilizantes, defensivos etc. – até o processamento dos produtos agrícolas em sua fase final como, por exemplo, o fabrico de móveis, papel e celulose, massas etc.

O presente estudo, no entanto, tentará abranger apenas o beneficiamento dos produtos agrícolas em sua primeira fase, já que os demais ramos da agroindústria, como a produção de tratores e implementos ou fertilizantes e defensivos integram, de fato, ramos industriais, como a metalurgia e a química, respectivamente.

A presença da agroindústria em **São Paulo** é um fenômeno bastante antigo, mas foi a partir do início da década de 70 que ocorreu um renovado impulso de crescimento, no contexto de um conjunto de políticas econômicas então traçadas para o país.

Como é sabido, após a segunda metade da década de 60, o **Brasil** iniciou um esforço de promoção das exportações. Tal política baseou-se, simultaneamente, na criação de linhas especiais de crédito a juros subsidiados, na concessão de isenções tributárias e de créditos-prêmios às exportações, entre outras medidas. Na área cambial, a prática de **minidesvalorizações** reduziu, consideravelmente, a variação da taxa de câmbio, em termos reais, ao longo de cada ano. Pretendia-se, desse modo, aumentar a participação das vendas brasileiras no comércio internacional através, principalmente, da promoção das exportações de bens manufaturados ou semi-manufaturados, entre os quais se incluem os produtos agroindustriais.



A venda de produtos agrícolas **in natura** não foi, com a implementação dessa política, alvo de estímulos especiais, bem ao contrário. Quando um mesmo produto podia ser exportado alternativamente **in natura**, ou na forma de seus derivados, como é o caso da soja, por exemplo, a diferença entre a taxação normal na exportação da oleaginosa e a isenção de tributos concedida aos seus derivados representava, em termos relativos, um desestímulo às vendas externas do grão.

A expansão da agroindústria, nessa fase, foi sustentada por um conjunto de políticas globais e específicas que viabilizava a implantação de unidades agroindustriais, a expansão de seu mercado interno e externo, e a existência de vantagens para produção de gêneros agrícolas destinados ao seu processamento.

No caso de **São Paulo**, essas políticas encontraram enormes facilida-

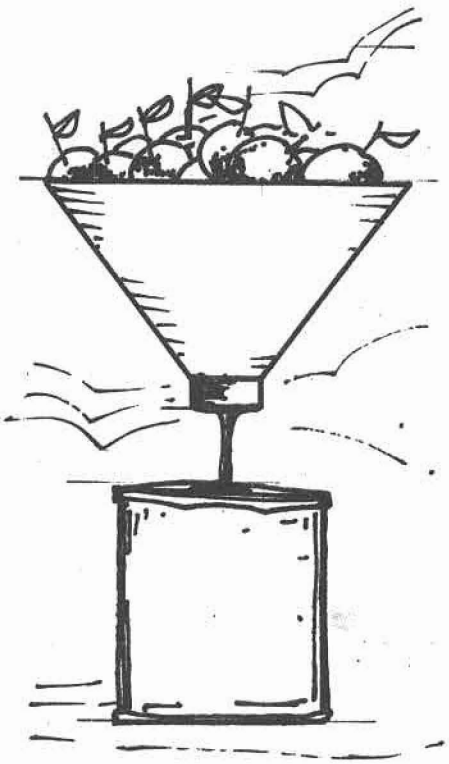
des de implementação, uma vez que o estado já contava com uma agricultura diversificada e com um expressivo desenvolvimento agroindustrial: unidades de processamento de algodão, beneficiamento de café e cereais e de moagem de oleaginosas espalham-se, há várias décadas, por todo o estado.

Nos anos 70, no entanto, ocorreu um "rearranjo" dessas unidades, segundo uma nova dinâmica imprimida à economia e à agricultura brasileiras. Conforme assinalado anteriormente, a ênfase no desenvolvimento econômico voltado para a conquista dos mercados internacionais de produtos manufaturados, ou semi-manufaturados, viabilizou uma política de incentivo à instalação de agroindústrias a juros reais negativos e generosos prazos de carência. **São Paulo** configurava-se, em muitos casos, como a localização ideal para a instalação de novas plantas, já que a modernização de agroindústrias, em funcionamento há muito tempo, e que já se encontravam obsoletas, era bastante oportuna.

A moagem de oleaginosas pode servir como exemplo: as indústrias tradicionais de esmagamento de algodão, amendoim e soja tinham capacidade de processamento de até 600 t/dia e o método de extração de óleo era mecânico. A instalação de unidades processadoras de maior porte e mais modernas passou a propiciar a extração do óleo através de reagente químico, que reduz perdas e, também, custos unitários de produção.

O segundo passo foi viabilizar a produção das **commodities** agrícolas em alta no mercado internacional. A cana-de-açúcar, a soja e a laranja, dentre outras culturas, passaram a ter seu cultivo estimulado pelo governo, porque se encaixavam perfeitamente no modelo então traçado: poderiam obter divisas no exterior e incorporavam, na exportação, maior valor agregado, já que esses produtos passaram por algum tipo de processamento antes de serem vendidos ao mercado externo.

A modernização da agricultura foi a combinação do incentivo à instalação, expansão ou modernização da agroindústria de um lado, com a criação de demanda para seus produtos e oferta de insumos a preços "compatíveis", de outro, viabilizados por fartos incentivos e subsídios fornecidos pelo governo.



Então, se a criação do **Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)**, ainda na década de 60, preparava os mecanismos para viabilizar a expansão da oferta agrícola, novos fatores, surgidos no mercado internacional nos anos 70, ajudaram a impulsionar de maneira decisiva o processo de mudança. Foram eles, principalmente, o rápido crescimento da demanda por soja e seus derivados, no início da década, e a crise energética que propiciou o lançamento do **Pró-álcool**, em 1975. Os preços internacionais do chamado **complexo soja** e a necessidade de gerar uma fonte de energia alternativa ao petróleo importado foram uma espécie de **estopim**. O governo atuou no sentido de amplificar, de diversos modos e simultaneamente, o crescimento desses novos mercados. Em primeiro lugar, ao financiar a produção agrícola com custos financeiros, para o produtor, bem inferiores aos de mercado, desde que se utilizassem os **insumos modernos** (fertilizantes, defensivos, tratores, colheitadeiras) criando, num curto espaço de tempo, um enorme crescimento da demanda nos ramos industriais que produzem para a agricultura.

Simultaneamente, financiou-se, também a juros favorecidos, a instalação de novas e modernas plantas de processamento de produtos agrícolas, de modo a garantir demanda para a crescente oferta da parte moderna e dinâmica da agricultura.

O mercado consumidor em expansão – fábricas de rações no exterior, automóveis movidos a gasolina misturada com álcool e, posteriormente, só a álcool no país, dentre outros – era conquistado através não só das vantagens concedidas à esfera do processamento de matérias-primas. Havia incentivos na exportação, como os créditos-prêmios de **ICM** e **IPI**, a isenção de **Imposto de Renda** sobre os lucros das vendas ao exterior, o financiamento a juros subsidiados da produção exportada, dentre vários outros mecanismos de "incentivo". Quanto ao álcool, seu preço de venda ao consumidor é subsidiado – o governo federal, através da **Petrobrás**, adquire a produção das destilarias a um preço "compatível" com os custos de produção e revende o produto por um valor inferior, para tornar viável essa alternativa energética. Adicionalmente, estabeleceu-se uma paridade fixa entre o preço do álcool e da gasolina garantindo-se, desse modo, a expansão da frota de veículos movidos a álcool.

É interessante ressaltar, ainda, que o **Proálcool** representou a possibilidade de superação de uma grave crise, pela qual passava a agroindús-

tria açucareira. Isto porque, após uma expressiva elevação dos preços do açúcar no mercado internacional, em 1974-75, sobreveio um período difícil, com sub-utilização da capacidade produtiva. O **Proálcool**, ao criar nova demanda para a matéria-prima e, com a opção de se instalarem destilarias anexas às usinas de açúcar, representou uma saída para a elevação da capacidade ociosa do parque açucareiro.

O resultado de tudo isso foi uma profunda mudança na composição da oferta agrícola no país e, notadamente, no estado de **São Paulo**. A drástica alteração das rentabilidades econômicas, em termos relativos, entre as diversas culturas, modificou muito rápido o quê, quanto, onde e como se produz na agricultura paulista. Os dados censitários, neste caso, são bastante eloqüentes. Ao mesmo tempo em que se eleva o número de tratores por ha, reduzem-se o número de estabelecimentos com menos de 10 ha, o número de trabalhadores residentes, a quantidade produzida de alimentos, etc.

O processo de modernização da agricultura, ocorrido na década de 70, já foi exaustivamente comentado. Os anos 80 têm sido marcados por uma profunda crise da economia brasileira. Recessão, desemprego, elevadas e crescentes taxas de inflação, impasse das dívidas externa e interna. Dentro desse cenário, e apesar dele, a agricultura e a agroindústria paulistas têm apresentado desempenho bastante satisfatório. A cana-de-açúcar, a laranja, a avicultura e a pecuária, com suas respectivas unidades processadoras, continuaram a se expandir nos anos 80, de acordo com as indicações disponíveis.

As razões dessa **performance**, no entanto, não estão até agora muito claras. Podem-se apenas traçar conjecturas a seu respeito. Inicialmente, pode-se supor que a agricultura e agroindústria paulistas chegaram à década de 80 com um elevado grau de modernização e bastante diversificadas. Isto significa que o **Setor Agrícola** e a agroindústria, em **São Paulo**, tinham melhores condições de competir (maiores garantias e maior rentabilidade) pelos recursos oficiais de crédito, por exemplo, que começaram a escassear nos anos 80. Em geral, os produtores mais capitalizados têm maior acesso às informações, financiamentos e melhorias tecnológicas disponíveis e, desse modo, situam-se em posição privilegiada frente aos demais.

A diversificação da produção agrícola e agroindustrial no estado pode representar uma outra parte da explicação do dinamismo constatado em **São Paulo**, nos anos 80, em comparação com outros estados de ocupação antiga. **São Paulo** conseguiu aglutinar simultaneamente o crescimento dos três produtos agrícolas, acompanhados de suas respectivas agroindústrias (no caso da cana-de-açúcar, laranja e soja, o consumo **in natura** é bastante reduzido) que apresentam elevadas rentabilidades, dadas as condições de mercado no exterior e a criação e sustentação do



Programa Nacional do Álcool. A comparação com outros estados da **Federação** talvez seja útil, para elucidar esse aspecto. A estagnação da agricultura fluminense, por exemplo, impediu que, apesar dos recursos ali injetados com o **Proálcool**, o cultivo da cana no estado do **Rio de Janeiro** apresentasse resultados sequer de longe comparáveis aos de **São Paulo**. A agricultura gaúcha entrou em crise nos anos 80, em conseqüência da monocultura da soja, cujos preços apresentaram quedas expressivas no interior, em relação aos altos patamares alcançados na década anterior.

A manutenção do crescimento paulista pode ter ainda uma outra explicação. As produtividades médias alcançadas pela agricultura paulista são, em geral, bem superiores às médias nacionais. Em função disso, os produtores obteriam "lucros extraordinários" (em comparação com os de outras regiões) já que os preços de mercado remuneram produtividades inferiores às obtidas em **São Paulo** salvo, evidentemente, nos anos em que ocorrem problemas climáticos no estado.

O aumento da capitalização e dos lucros na atividade agrícola acaba propiciando maior desenvolvimento da agroindústria e vice-versa. É claro que essa "integração" tem como pano de fundo as elevadas rentabilidades obtidas no mercado final dos produtos: álcool, suco de laranja, farelo e óleo de soja, etc.

O resultado desse processo acaba sendo o surgimento de pólos dinâmicos e modernos, em contraposição a regiões em que se mantêm as atividades agrícolas tradicionalmente menos rentáveis. Assim é que, mesmo em **São Paulo**, ocorre uma **segmentação** da agricultura. As terras mais férteis e planas do **Norte** e **Noroeste** do estado, configuradas pelas **Divisões Regionais Agrícolas (Dira)** de Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, apesar de apresentarem uma grande diversificação de cultivos (ver Quadro 05) concen-

QUADRO 05 – ESTADO DE SÃO PAULO – QUANTIDADE PRODUZIDA, SEGUNDO DIRA, DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL – MÉDIA TRIENAL DE 1984-85-86 – (em t)

PRODUTO	DIVISÃO REGIONAL AGRÍCOLA					
	Litoral	Vale do Paraíba	Sorocaba	Campinas	Ribeirão Preto	Bauru
Algodão	–	–	22.095	125.325	116.505	6.405
Amendoim	–	–	1.225	700	68.850	9.725
Arroz	9.720	63.600	63.480	61.080	98.880	11.820
Banana	870.689	4.930	17.833	9.690	646	442
Batata-inglesa	28.500	54.720	274.920	159.180	21.540	1.320
Café	2.000	640	12.140	60.360	61.440	38.740
Cana-de-açúcar	26.000	120.000	5.785.000	26.205.000	41.920.000	17.090.000
Cebola	307	463	144.033	48.540	40.753	–
Feijão	7.560	9.960	173.880	26.460	26.160	4.320
Laranja	10.948	11.628	234.192	2.218.432	3.417.272	87.380
Mandioca	13.000	43.000	26.000	153.000	34.000	48.000
Milho	32.820	39.120	437.580	288.300	897.420	148.980
Soja	180	–	19.980	39.420	484.920	1.320
Tomate p/indústria	–	–	4.667	–	70.000	15.667
Tomate p/mesa	28.084	11.284	150.444	169.736	19.740	3.220
Trigo	390	135	20.538	9.632	14.300	100

cont.

PRODUTO	DIVISÃO REGIONAL AGRÍCOLA				ESTADO DE SÃO PAULO
	São José do Rio Preto	Araçatuba	Presidente Prudente	Marília	
Algodão	103.800	65.970	119.145	26.250	585.495
Amendoim	17.950	27.300	42.475	61.900	230.125
Arroz	92.220	24.300	11.700	25.020	461.820
Banana	2.380	391	578	459	908.038
Batata-inglesa	–	780	120	6.180	547.260
Café	84.840	16.240	36.000	50.000	362.400
Cana-de-açúcar	8.680.000	6.892.000	4.163.000	9.628.000	120.509.000
Cebola	3.465	16.130	40	242	253.973
Feijão	10.980	12.060	14.520	8.520	294.420
Laranja	2.287.044	49.980	1.224	20.876	8.338.976
Mandioca	17.000	9.000	44.000	247.000	634.000
Milho	446.100	298.800	152.100	247.200	2.988.420
Soja	28.800	10.380	26.820	296.160	907.980
Tomate p/indústria	45.667	110.333	82.000	18.333	346.667
Tomate p/mesa	3.696	2.156	3.080	1.596	393.036
Trigo	562	200	16.612	183.785	246.254

FONTE – IEA/SP.

QUADRO 06 – ESTADO DE SÃO PAULO – QUANTIDADE PRODUZIDA, SEGUNDO DIRA, DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – MÉDIA TRIENAL DE 1984-85-86

PRODUTO	DIVISÃO REGIONAL AGRÍCOLA					
	Litoral	Vale do Paraíba	Sorocaba	Campinas	Ribeirão Preto	Bauru
Aves para corte (mil t)	12.900	17.739	29.678	131.998	105.211	16.701
Carne bovina (mil t)	3.480	10.563	29.924	23.724	39.694	27.445
Carne suína (mil t)	6.367	2.723	11.678	23.431	9.956	4.373
Leite (mil litros)	33.626	198.914	144.834	281.808	333.825	88.803
Ovos (mil dúzias)	37.837	47.676	45.880	77.179	23.694	25.271

cont.

PRODUTO	DIVISÃO REGIONAL AGRÍCOLA				ESTADO DE SÃO PAULO
	São José do Rio Preto	Araçatuba	Presidente Prudente	Marília	
Aves para corte (mil t)	16.390	3.735	6.388	5.962	346.702
Carne bovina (mil t)	66.658	107.423	72.300	30.468	411.680
Carne suína (mil t)	6.668	3.845	3.258	8.876	81.175
Leite (mil litros)	284.328	150.783	108.386	98.287	1.714.593
Ovos (mil dúzias)	9.964	88.040	45.006	166.268	566.814

FONTE – Fundação Seade.

tram a produção das lavouras mais rentáveis e da agroindústria a elas ligadas, enquanto as regiões menos férteis e menos planas produzem principalmente alimentos. A **Dira** de Sorocaba, por exemplo, foi responsável, na média das safras de 1984, 1985 e 1986, por 50% da produção de batata-inglesa, 57% da de cebola, 59% da de feijão e 38% da de tomate de mesa do estado.

Da mesma forma, na **Dira** do Vale do Paraíba, são importantes as produções de arroz, batata-inglesa e mandioca, além do leite – atividade ligada tradicionalmente ao mercado interno, controlada pelo governo federal – e, por conseguinte, sempre sujeita a grandes oscilações na sua rentabilidade. Em contrapartida, a pecuária de corte se concentra no **Oeste** do estado (**Divisões Regionais Agrícolas** de Araçatuba e Presidente Prudente) mas a participação de Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto é importante na produção estadual de carne bovina (ver Quadro 06).

No mapeamento produzido pela **Fundação Seade,** em estudo sobre as **Características Gerais do Processo de Industrialização Paulista,** observa-se que:

a) a produção de açúcar e de álcool concentrou-se, na safra 1985/86, nas regiões administrativas[1] de Campinas e Ribeirão Preto que, somadas, foram responsáveis por 67% e 62% da produção estadual daqueles dois produtos, respectivamente. Há dez anos, essa participação era de 69% e 70% do açúcar e do álcool, mostrando que, no caso do **Proálcool**, a intensidade com que o programa foi implantado e a quantidade de incentivos oferecidos fizeram com que, atualmente, apenas algumas regiões do estado de **São Paulo** não detenham unidades produtoras de açúcar e/ou álcool (ver Quadro 07). Nas regiões onde o cultivo da cana-de-açúcar é mais recente, há apenas usinas produtoras de álcool, como é o caso de Presidente Prudente e de algumas áreas de São José do Rio Preto, Bauru e Sorocaba; b) a produção de laranja e suco cítrico concentra-se nas regiões administrativas de Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, sendo que apenas cinco municípios destas regiões detinham, na safra 1983/84, 81% da capacidade instalada da indústria de suco de laranja no estado de **São Paulo**. Eram eles: Bebedouro, com 20%; Limeira, com 19%; Matão, 18%; Colina 13%; e Araraquara, com 11% do total (ver Quadro 08); e c) a indústria de moagem de oleaginosas apresenta maior dispersão no estado. Segundo os dados apresentados pela **Fundação Seade**, a maior parte das indústrias de moagem concentra-se nas regiões administrativas de São Paulo e Ribeirão Preto. Dum total de 41 unidades industriais localizadas no estado, em 1984, dez se encontravam na região administrativa de São Paulo e nove na de Ribeirão Preto. A terceira região administrativa em quantidade de indústrias de óleos vegetais é Presidente Prudente, com oito plantas (ver Quadro 09).

O número de indústrias instaladas não revela tudo, pois uma indústria de grande porte tem capacidade de

QUADRO 07 – ESTADO DE SÃO PAULO – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ÁLCOOL, SEGUNDO DIRA – 1985/86

DIRA	AÇÚCAR	ÁLCOOL
Sorocaba	4,3	2,9
Campinas	27,3	22,1
Ribeirão Preto	40,0	39,5
Bauru	16,5	13,4
São José do Rio Preto	3,6	6,6
Açaratuba	1,2	5,4
Presidente Prudente	–	2,9
Marília	7,1	7,7
Total	100,0	100,0

FONTE – Fundação Seade.

QUADRO 08 – ESTADO DE SÃO PAULO – CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE SUCO DE LARANJA, POR REGIÕES ADMINISTRATIVAS E MUNICÍPIOS 1983/84 – (%)

REGIÃO ADMINISTRATIVA	MUNICÍPIO	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO TOTAL DO ESTADO
São Paulo	São Paulo	0,40
Sorocaba	Sorocaba	0,13
Campinas	Santo Antônio da Posse	0,13
	Limeira	19,15
	Araras	3,71
	Conchal	1,59
Ribeirão Preto	Tabatinga	0,79
	Araraquara	11,29
	Itápolis	3,18
	Matão	18,02
	Bebedouro	20,14
	Colina	12,72
	Olímpia	3,18
São José do Rio Preto	Uchoa	4,78
	Mirassol	0,79
Total		100,0.0

FONTE – Fundação Seade.

1 Até a safra de 1984/85, as **Divisões Regionais Agrícolas** e as **Regiões Administrativas** apresentavam quase total semelhança, excetuando-se apenas dois municípios pertencentes à região administrativa de Campinas, mas incorporados à **Dira** de **São Paulo**. Havia onze Regiões Administrativas e dez **Dira**, já que as regiões da Grande São Paulo e do Litoral, dada sua pequena importância, em termos de agricultura, formaram uma única **Dira**. Na modificação implementada a partir de 1984/85, a composição de várias **Dira** foi alterada. A de **São Paulo** foi extinta e foi criada a do Litoral (ver, a propósito, o **Anuário Estatístico do Estado de São Paulo**, de 1981, publicado pela **Fundação Seade**). No âmbito desse trabalho, no entanto, foram consideradas as **Dira** em sua classificação antiga, que permite a compatibilidade com os dados do **Censo Industrial**, agrupados por regiões administrativas.

QUADRO 09 – ESTADO DE SÃO PAULO – NÚMERO DE EMPRESAS PRODUTORAS DE ÓLEOS VEGETAIS POR TAMANHO E POR REGIÃO ADMINISTRATIVA 1983/84 (Unidades)

REGIÃO ADMINISTRATIVA	PEQUENA E MÉDIA	GRANDE	TOTAL
São Paulo	9	1	10
Sorocaba	2	–	2
Campinas	2	1	3
Ribeirão Preto	3	6	9
Bauru	3	1	4
Presidente Prudente	5	3	8
Marília	3	2	5
Total	27	14	41

FONTE – Fundação Seade.

processar, geralmente, mais de três vezes do que uma indústria tradicional, por exemplo, com capacidade de até 600/t/dia. O mapeamento apresentado pela **Fundação Seade** indica que a maior parcela das grandes empresas produtoras de óleos vegetais se concentra na região administrativa de Ribeirão Preto, que detém seis das quatorze indústrias de grande porte instaladas no estado.

Dentre as diversas oleaginosas, as unidades mais modernas processam soja e, algumas vezes, são adaptadas para moer também outros produtos. As pequenas unidades, normalmente, processam o algodão, o amendoim e a mamona, três lavouras tradicionais da agricultura paulista, ao contrário da soja, introduzida em larga escala no estado apenas na década de 70.

Os estabelecimentos agroindustriais ligados à produção de origem animal – matadouros, abatedouros, fábricas de conserva de carne e estabelecimentos que recebem leite **in natura** – espalham-se por praticamente todo o estado. Na distribuição entre as diversas regiões administrativas, no entanto, verifica-se que, segundo os dados disponíveis (1985), do **Serviço de Inspeção da Produção Animal**, em **São Paulo**, do **Ministério da Agricultura**, há também uma elevada concentração da produção de origem animal nas regiões de Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto. Pode-se ver que nessas três regiões administrativas encontram-se mais de 50% dos matadouros de bovinos de médio porte do estado e 33% dos de grande porte (ver Quadro 10). No caso de matadouros de suínos, 57% e 45% dos estabelecimentos de médio e pequeno portes, respectivamente, estão instalados nessas regiões.

Quanto aos abatedouros de aves, mais da metade de todos os estabelecimentos do estado (pequenos, médios e grandes) situam-se nessas três regiões. O mesmo ocorre com os estabelecimentos que recebem leite **in natura**, apesar da maior dispersão e maior número desses estabelecimentos encontrados no estado. Foram computadas, pelo **Ministério da Agricultura**, 222 unidades que recebiam leite **in natura** em 1985, quase 50% das quais de pequeno porte, com capacidade instalada de até 20 mil litros/dia. Ao contrário, no caso do abate de bovinos, suínos e aves, predominam os estabelecimentos de médio e grande portes (ver Quadro 10).

É interessante ressaltar, ainda, que em todos os casos – matadouros, abatedouros, recepção de leite **in natura** ou fábrica de conservas de carne – a **Grande São Paulo** apresenta uma elevada concentração das unidades de maior porte (ver Quadro 12) indicando, provavelmente, que a lógica da proximidade do mercado consumidor continuou prevalecendo na instalação das unidades maiores e mais modernas.

De tudo o que foi verificado até aqui, observa-se que os principais subsetores da agroindústria paulista concentram-se no eixo formado pelas regiões administrativas de Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto dotado, sem dúvida, de excepcional dinamismo. Todos os registros disponíveis confirmam essa evidência e, no caso da agroindústria, apenas a região da **Grande São Paulo** pode concorrer, em termos de processamento, com a quantidade ofertada pelas três regiões citadas acima.

A observação dos dados censitários de 1970, 1975 e 1980 permite, ainda, verificar as mudanças na distribuição espacial da agroindústria que englobam os mais importantes subsetores agroindustriais do estado e a participação percentual no **Valor da Transformação Industrial (VTI)** por eles gerado nas diversas regiões administrativas. Há indícios da desconcentração industrial em quatro dos cinco gêneros apresentados no Quadro 10. O de **Produtos Alimentares** por exemplo, que engloba a maior parte dos grupos de indústria destacados no Quadro 11, apresentou crescimento expressivo nas regiões administrativas de Ribeirão Preto e Bauru, entre 1970 e 1980. Nesse último ano, a participação somada das regiões administrativas de Campinas e Ribeirão Preto, no total do **VTI** de produtos alimentares, já superava a da **Grande São Paulo.**

A **Química**, que contém o álcool e os óleos e gorduras vegetais e animais, apresentou crescimento mais expressivo na região administrativa de Campinas. Nesse caso, contudo, as conclusões são mais difíceis, pois esse gênero inclui uma enormidade de outros grupos de indústria, com

QUADRO 10 – ESTADO DE SÃO PAULO – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA, FISCALIZADOS PELO SERVIÇO DE INSPEÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA – 1985

REGIÃO ADMINISTRATIVA	FÁBRICAS DE CONSERVAS DE CARNE Capacidade de Transferência			MATADOUROS DE BOVINOS Velocidade (Cabeças/Hora)			MATADOUROS DE SUÍNOS Velocidade (Cabeças/Hora)		
	Mais de 20t/dia	Entre 10 e 20t/dia	Até 10t/dia	Mais de 80/h	de 40 a 80/h	Até 40/h	Entre 400 e 800/dia	Entre 200 e 400/dia	Até 200/dia
Grande São Paulo	13	1	46	4	1	1	3	–	–
Litoral	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Vale do Paraíba	–	1	2	–	1	1	1	1	2
Sorocaba	1	–	3	–	–	–	–	–	3
Campinas	–	19	2	2	5	1	–	2	1
Ribeirão Preto	–	–	11	1	4	1	–	–	3
Bauru	–	–	3	–	3	–	1	1	–
São José do Rio Preto	–	1	4	2	3	2	–	2	1
Araçatuba	–	1	2	2	1	–	–	–	1
Presidente Prudente	–	2	3	2	2	2	–	–	–
Marília	–	–	1	2	1	–	–	1	–
Total do Estado	14	25	77	15	21	8	5	7	11

Cont.

REGIÃO ADMINISTRATIVA	ABATEDOUROS DE AVES Velocidade (Cabeças/Hora)			ESTABELECIMENTOS QUE RECEBEM LEITE IN NATURA Mil Litros/dia			
	Mais de 3.000/h	Entre 1500 e 3.000/h	Até 1.500/h	Mais de 500	De 100 a 500	De 20 a 100	Até 20
Grande São Paulo	2	–	1	2	4	1	2
Litoral	–	–	–	–	–	–	1
Vale do Paraíba	–	1	1	–	2	12	8
Sorocaba	–	1	3	–	–	3	17
Campinas	4	12	10	–	3	29	19
Ribeirão Preto	3	2	3	–	5	20	18
Bauru	–	–	3	–	–	4	1
São José do Rio Preto	1	–	1	1	–	15	10
Araçatuba	–	–	–	1	–	4	12
Presidente Prudente	–	–	1	–	–	5	10
Marília	1	1	–	–	–	3	10
Total do Estado	11	17	23	4	14	96	108

FONTE – Fundação Seade.

distintas dinâmicas de crescimento. O mesmo ocorre com a indústria têxtil. Apenas a primeira fase de processamento – beneficiamento de fibras têxteis vegetais – foi aqui considerada como agroindústria, e esse gênero apresenta muitos outros grupos que serão analisados no conjunto da indústria de transformação.

Já no caso dos gêneros de bebidas e fumo, a tendência verificada foi o aumento da participação da região administrativa de Sorocaba e redução da de Ribeirão Preto no primeiro caso e a manutenção de 100% do **Valor da Transformação Industrial** geral, concentrada na **Grande São Paulo**, no segundo (ver Quadro 11).

A distribuição da agroindústria em **São Paulo** confirma, de certo modo, a segmentação existente na agricultura dentro do próprio estado. As regiões administrativas de Campinas, Ribeirão Preto e São José concentram a maior parte, ao lado da **Grande São Paulo**, do **Valor da Transformação Industrial** da agroindústria

QUADRO 11 – SÃO PAULO – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL, NO TOTAL DO ESTADO, POR REGIÃO ADMINISTRATIVA – 1970-75-80

ANO	GÊNERO DE INDÚSTRIA	REGIÃO ADMINISTRATIVA					
		Grande São Paulo	Litoral	Vale do Paraíba	Sorocaba	Campinas	Ribeirão Preto
	Química	66	14	7	1	6	2
	Têxtil	69	–	4	7	13	3
1970	Produtos Alimentares	40	5	2	2	24	11
	Bebidas	46	2	–	4	17	17
	Fumo	100	–	–	–	–	–
	Química	52	9	4	1	29	2
	Têxtil	64	–	6	7	17	3
1975	Produtos Alimentares	41	4	2	2	22	12
	Bebidas	43	2	1	4	26	9
	Fumo	97	–	–	–	3	–
	Química	40	16	8	3	25	4
	Têxtil	59	–	6	8	20	3
1980	Produtos Alimentares	37	2	2	3	18	21
	Bebidas	41	2	3	14	15	9
	Fumo	100	–	–	–	–	–

cont.

ANO	GÊNERO DE INDÚSTRIA	REGIÃO ADMINISTRATIVA					
		Bauru	São José do Rio Preto	Araçatuba	Presidente Prudente	Marília	TOTAL
	Química	1	–	–	1	2	100
	Têxtil	1	–	1	1	1	100
1970	Produtos Alimentares	4	3	3	3	3	100
	Bebidas	9	1	–	1	3	100
	Fumo	–	–	–	–	–	100
	Química	1	–	–	1	1	100
	Têxtil	1	–	–	1	1	100
1975	Produtos Alimentares	4	4	2	3	4	100
	Bebidas	6	2	–	1	6	100
	Fumo	–	–	–	–	–	100
	Química	1	1	–	1	1	100
	Têxtil	2	–	–	1	1	100
1980	Produtos Alimentares	6	3	2	3	3	100
	Bebidas	8	2	–	1	5	100
	Fumo	–	–	–	–	–	100

FONTE – IBGE – Censos Industriais.

paulista.

Dos dados censitários, foram analisados, adicionalmente, os gêneros industriais e suas subdivisões – grupos de indústria – dos quais fazem parte as principais agroindústrias paulistas, tais como as do álcool, óleos vegetais, beneficiamento de fibras, produtos alimentares etc.

É possível determinar que gêneros e grupos apresentaram dinamismo ao lado de outros que, ao longo dos anos 70, encolheram. Ficam faltando, no entanto, os dados do **Censo Industrial** de 1985, que possibilitariam verificar, nos anos 80, a adaptação da agroindústria paulista à turbulência da economia. Esses registros encontram-se no **IBGE**, em fase de processamento.

Os gêneros selecionados foram a indústria química, nos itens que incluem a fabricação de álcool e óleos vegetais; têxtil, no item de beneficiamento de fibras vegetais; produtos alimentares e suas mais expressivas subdivisões, bebidas e fumo.

Alguns dos principais subsetores da agroindústria paulista não aparecem no **Censo** isoladamente. Este é o caso do suco de laranja, provavelmente incluído no grupo **produção de conservas de frutas, legumes e outros vegetais – inclusive sucos e concentrados.** Da mesma forma, aparecem agregados os óleos vegetais refinados e os produtos do beneficiamento do cacau, no grupo denominado **refinação e preparação de óleos e gorduras vegetais e produtos do beneficiamento do cacau destinados à alimentação.**

Apesar disso, algumas inferências são possíveis. A primeira delas é que, apesar do forte crescimento da indústria e da agroindústria verificado entre 1970 e 1980, houve queda no número de estabelecimentos de grupos de indústria que, sabidamente, cresceram em importância no período em exame. São exemplos disso os decréscimos verificados no grupo de óleos vegetais e no total do gênero **Produtos Alimentares**, denotando, provavelmente, o fechamento das

QUADRO 12 – ESTADO DE SÃO PAULO – VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) POR GÊNEROS, GRUPOS E SUBGRUPOS DE INDÚSTRIA – 1970-75-80 – (em Cz$ mil)

GÊNERO	GRUPO OU SUBGRUPO	ANO	V.T.I.
QUÍMICA	Álcool[1]	70	5.028
		75	67.440
		80	118.293
	Óleos e Gorduras Vegetais e Animais[1]	70	5.028
		75	7.649
		80	11.632
TÊXTIL	Beneficiamento de Fibras Têxteis Vegetais[1]	70	3.052
		75	4.079
		80	4.556
PRODUTOS ALIMENTARES	Produtos Alimentares[1]	70	72.525
		75	114.436
		80	155.783
	Moagem de trigo[2]	70	3.151
		75	3.346
		80	3.201
	Torrefação Moagem de Café[2]	70	2.319
		75	4.865
		80	4.805
	Fabricação de Café e Mate Solúveis[2]	70	927
		75	1.842
		80	2.343
	Produtos do Milho (exceto Óleo)[2]	70	1.964
		75	2.356
		80	1.837
	Produtos de Mandioca[2]	70	455
		75	434
		80	374
	Produção de Conservas (Suco de Laranja)[2]	70	175
		75	3.474
		80	14.713
	Abate de Animais[1]	70	9.860
		75	15.205
		80	19.333
	Resfriamento de Leite[1]	70	7.340
		75	9.316
		80	8.604
	Fabricação e Refino de Açúcar[1]	70	13.108
		75	17.463
		80	28.456
	Refino de Óleos Vegetais[2]	70	4.993
		75	7.302
		80	8.253
	Rações Balanceadas[2]	70	2.144
		75	4.791
		80	9.208
BEBIDAS		70	11.832
		75	17.316
		80	15.793
FUMO		70	5.878
		75	8.211
		80	5.912

FONTE – IBGE – Censos Industriais.
OBS.: Valores reais de 1980, corrigidos pelo IGP-DI, média de 1970 e 1975.
[1] Grupos de indústria – [2] subgrupos de indústria.

plantas de menor porte e a instalação de unidades maiores e mais modernas, pois o valor da produção, nesses casos, apresentou crescimento bastante expressivo.

De outro lado, há diminuições em grupos como o dos **produtos da mandioca** que indicam o retrocesso pelo qual vem passando sua produção e processamento. Dos 128 estabelecimentos existentes em 1970, passou-se a 58, dez anos depois, com reduções no total de salários pagos, no valor da produção e no valor da transformação industrial.

As maiores variações positivas no número de estabelecimentos, verificadas entre 1970 e 1980, ocorreram nos grupos do álcool[2], do suco de laranja e das rações balanceadas. Nos dois últimos casos, houve crescimentos acentuados do pessoal ocupado; em todos eles aumentou muito o valor da produção e, principalmente, o valor da transformação industrial.

Em relação aos salários pagos nos diversos grupos de indústria aqui analisados, houve crescimento na maior parte deles entre 1970 e 1980, tanto em termos absolutos (calculados valores reais de 1980), quanto nos salários médios, sendo a única exceção o grupo **produtos da mandioca.**

O crescimento dos salários é, na maioria dos casos, mais acentuado entre 1970 e 1975 do que no período posterior, reflexo do comportamento da economia brasileira no início dos anos 70, que crescia em ritmo acelerado. Curiosamente, alguns dos grupos de indústria que apresentaram maior dinamismo na segunda metade da década, entre 1970 e 1975, tiveram decréscimos ou pequenos crescimentos no pessoal ocupado e

2 Definido no **Censo** como "fabricação de produtos químicos, derivados do processamento do petróleo, de borrachas olefgenas, do carvão-de-pedra e do álcool". O álcool foi explicitado no título apenas a partir de 1975. É provável que sua participação dentro do grupo, até 1970, tenha sido reduzida.

QUADRO 13 – ESTADO DE SÃO PAULO – VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) DIVIDIDO PELO PESSOAL OCUPADO MÉDIO ANUAL, POR GÊNERO, GRUPOS E SUBGRUPOS DE INDÚSTRIA – 1970-75-80 – (em Cz$ mil)

GÊNERO	GRUPO OU SUBGRUPO	ANO	V.T.I. Pessoal ocupado
QUÍMICA	Álcool[1]	70	2.204
		75	8.967
		80	12.677
	Óleos e Gorduras Vegetais e Animais[1]	70	917
		75	1.267
		80	2.249
TÊXTIL	Beneficiamento de Fibras Têxteis Vegetais[1]	70	709
		75	1.255
		80	1.207
PRODUTOS ALIMENTARES	Produtos Alimentares[1]	70	623
		75	813
		80	871
	Moagem de trigo[2]	70	1.109
		75	1.326
		80	1.173
	Torrefação[2] Moagem de Café	70	911
		75	1.315
		80	1.069
	Fabricação de Café e Mate[2] Solúveis	70	844
		75	1.337
		80	1.667
	Produtos do Milho[2] (exceto Óleo)	70	1.300
		75	1.689
		80	1.179
	Produtos de Mandioca[2]	70	375
		75	604
		80	544
	Produção de Conservas[2] (Suco de Laranja)	70	400
		75	897
		80	2.124
	Abate de Animais[1]	70	496
		75	650
		80	671
	Resfriamento de Leite[1]	70	972
		75	1.418
		80	1.441
	Fabricação e Refino de Açúcar[1]	70	719
		75	1.278
		80	1.950
	Refino de Óleos Vegetais[2]	70	1.155
		75	2.767
		80	2.148
	Rações Balanceadas[2]	70	1.002
		75	1.066
		80	1.500
BEBIDAS		70	599
		75	1.131
		80	925
FUMO		70	1.987
		75	2.894
		80	2.989

FONTE – IBGE – Censos Industriais.
OBS.: Valores reais de 1980, corrigidos pelo IGP-DI, média de 1970 e 1975.
[1] Grupos de indústria – [2] subgrupos de indústria.

no total de salários pagos.

Isto se deveu, possivelmente, a crises conjunturais nos mercados externos de seus produtos e são os casos dos grupos da fabricação e refino de açúcar e o refino de óleos vegetais. No mercado internacional dessas **commodities**, 1975 foi um ano de baixa de preços, depois de vertiginosas altas alcançadas por esses produtos, entre 1972 e 1974. Nesse período, sérios problemas climáticos na **URSS, Índia** e outros países da **Ásia** elevaram intensamente os preços das **commodities** nas principais bolsas internacionais.

Em termos gerais, o crescimento dos diversos grupos industriais aqui estudados não representou incorporação expressiva de mão-de-obra, antes até pelo contrário. Grupos de produtos, como o da produção de óleos vegetais e animais, beneficiamento de fibras vegetais, moagem de trigo, resfriamento de leite, fabricação e refino de açúcar, refino de óleos vegetais, bebidas e fumo apresentavam, em 1980, um contingente de pessoal ocupado em termo de média mensal, inferior ao de 1970. Considerando-se o processo de expansão agroindustrial ocorrido no estado ao longo da década de 1970, é possível supor que a modernização agrícola, representada também pelo maior processamento dos produtos primários, não implicou efeitos expressivos do ponto de vista da geração direta de empregos.

A expansão e modernização da agroindústria paulista caracterizou-se pela abertura de unidades de maior porte e de maior produtividade, e desativação de plantas mais antigas acarretando, em muitos casos, perda líquida de postos de trabalho nesses grupos de indústria. Enquanto isso, o gênero de indústria **Produtos Alimentares** apresentou, entre 1970 e 1980, um crescimento de 54% na média mensal do pessoal ocupado.

A discrepância entre o desempenho, em termos de emprego, de uma



parcela importante dos grupos de indústria e do conjunto do gênero **Produtos Alimentares** deve ser creditada ao aumento da oferta de alimentos preparados ou conservados – item que engloba o suco de laranja – e ao maior consumo de derivados de trigo, em decorrência do subsídio, instituído em 1972. Das 62.454 pessoas ocupadas a mais em 1980 em relação a 1970, 64% trabalhavam nos grupos de indústria de refeições conservadas, conservas de frutas etc., ou fabricação de produtos de padaria e confeitaria e fabricação de massas e biscoitos.

O **Valor da Transformação Industrial** é talvez, o mais expressivo indicador do dinamismo dos diversos grupos de indústrias aqui considerados. O **IBGE** define **Valor da Transformação Industrial** como o valor da produção, menos as despesas com operações industriais, representando, dessa forma, o valor acrescido pelo trabalho industrial aos insumos consumidos na produção. Sua evolução pode ser tomada, com reservas, como um indicador de desempenho da rentabilidade de um setor. Isto porque as despesas com salários, em termos médios, não apresentaram alterações tão significativas, conforme se observou anteriormente, e as despesas gerais tenderiam a ter, ao longo do tempo, um comportamento homogêneo. A única dúvida é sobre os custos financeiros não especificados em nenhum dos itens dos **Censos**.

Até 1980, no entanto, esses custos, em geral, não eram tão elevados no país, quanto se tornaram a partir de então. Além disso, a agroindústria, conforme assinalado anteriormente, recebeu uma série de incentivos creditícios para sua instalação ou expansão na década de 70, quando tinha acesso ao crédito de comercialização destinado aos produtos agrícolas, com taxas de juros favorecidas e gozava de incentivos na exportação.

A observação do comportamento do **Valor da Transformação Industrial (VTI)** de diversos grupos de indústria, apresentados no Quadro 12, permite destacar o álcool, a produção de óleos vegetais e subprodutos, o suco de laranja, o abate de animais, a fabricação e refino de açúcar e as ra-

QUADRO 14 – ESTADO DE SÃO PAULO – VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) DIVIDIDO PELO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, POR GÊNEROS, GRUPOS E SUBGRUPOS DE INDÚSTRIA – 1970-75-80 – (em Cz$ mil)

GÊNERO	GRUPO OU SUBGRUPO	ANO	VTI/número de estabelecimento
QUÍMICA	Álcool[1]	70	181.235
		75	406.267
		80	609.757
	Óleos e Gorduras Vegetais e Animais[1]	70	40.881
		75	50.653
		80	100.276
TÊXTIL	Beneficiamento de Fibras Têxteis Vegetais[1]	70	22.280
		75	42.048
		80	42.584
PRODUTOS ALIMENTARES	Produtos Alimentares[1]	70	6.533
		75	10.367
		80	14.780
	Moagem de trigo[2]	70	101.655
		75	111.544
		80	118.566
	Torrefação Moagem de Café[2]	70	6.801
		75	16.833
		80	18.843
	Fabricação de Café e Mate Solúveis[2]	70	185.415
		75	263.158
		80	292.935
	Produtos do Milho (exceto Óleo)[2]	70	6.569
		75	9.462
		80	10.038
	Produtos de Mandioca[2]	70	3.554
		75	5.227
		80	6.445
	Produção de Conservas (Suco de Laranja)[2]	70	6.747
		75	42.371
		80	161.682
	Abate de Animais[1]	70	13.059
		75	18.771
		80	30.687
	Resfriamento de Leite[1]	70	29.245
		75	36.969
		80	55.509
	Fabricação e Refino de Açúcar[1]	70	113.004
		75	181.884
		80	299.538
	Refino de Óleos Vegetais[2]	70	110.946
		75	135.220
		80	165.058
	Rações Balanceadas[2]	70	15.101
		75	26.921
		80	50.594
BEBIDAS		70	11.543
		75	26.805
		80	27.465
FUMO		70	587.842
		75	1.026.437
		80	985.387

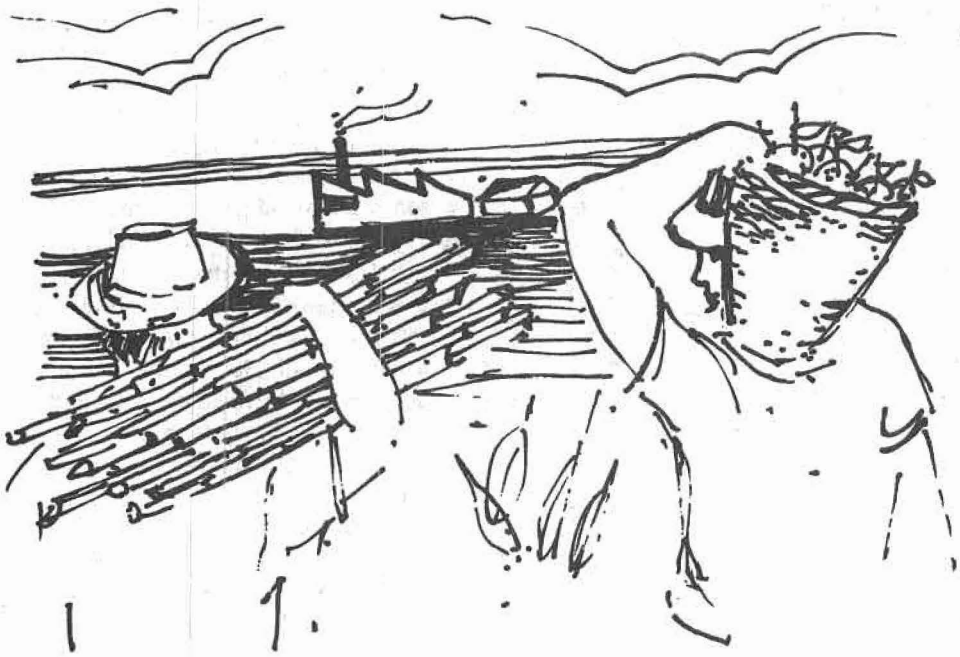
FONTE – IBGE – Censos Industriais.
OBS.: Valores reais de 1980, corrigidos pelo IGP-DI, média de 1970 e 1975.
[1] Grupos de indústria – [2] subgrupos de indústria.

ções balanceadas como os mais dinâmicos da agroindústria paulista na década de 70. Isto é, expandiram suas atividades e o valor agregadc às matérias-primas por eles processados. No grupo que inclui o álcool por exemplo, o **VTI** cresceu aproximadamente 6,5 vezes entre 1970 e 1980, em decorrência da criação do **Proálcool.** Em contrapartida, os grupos de beneficiamento de fibras têxteis vegetais, milho, mandioca e resfriamento de leite, por exemplo, apresentaram relativa estabilidade em seus valores de transformação industrial, com pequenas alterações, para mais ou para menos, entre os anos 1970 e 1975 e 1980.

A estagnação do **VTI** não significa, contudo, que determinado grupo de indústria tenha menor rentabilidade do que outros. Nesse aspecto, o exemplo do trigo pode ser bastante ilustrativo. O **VTI** da moagem de trigo é o mais estável dentre todos os grupos de produtos aqui considerados. Sabe-se, no entanto, que o mercado de trigo é estritamente regulado pelo governo que impede, inclusive, a construção de novas unidades processadoras. Não há, de outro lado, nenhum indicador de que as margens do subsetor tenham sido insatisfatórias, mesmo com o governo fixando os preços do trigo em grão e da farinha. Os casos do trigo e da extrema regulamentação de seu mercado são, no entanto, totalmente atípicos.

Para melhor compreender o desempenho dos diversos grupos de indústrias, foram elaborados, a título de exercício, os indicadores **VTI/pessoal ocupado** e **VTI/número de estabelecimentos,** apresentados nos Quadros 11 e 12. No primeiro caso, pode ser observada a evolução da produtividade e, no segundo, provavelmente, a variação simultânea do porte das plantas industriais, das quantidades processadas e do retorno proporcionado pela atividade.

O desempenho dos dois indicadores é muito semelhante. Entre 1970 e 1980, os grupos de indústria



que incluem o álcool, os óleos e gorduras vegetais e animais e seus subprodutos, a fabricação de café e mate solúveis, o suco de laranja, a fabricação e refino de açúcar e o refino de óleos vegetais apresentaram os mais expressivos crescimentos da produtividade. Houve grupos em que se registrou crescimento entre 1970 e 1975, e estagnação ou decréscimo deste último ano em relação a 1980. Em apenas um grupo – o dos produtos do milho – a produtividade calculada para 1980 foi inferior à de 1970.

As indicações do dinamismo dos diversos grupos podem ser observadas adicionalmente através da evolução do **Valor da Transformação Industrial** médio por indústria. Quanto ao **VTI** médio, calculado em termos reais, em cruzeiros de 1980, este cresceu preponderantemente nos grupos em que a produtividade se elevou. Além daqueles, foi expressivo o desempenho do **VTI** médio do grupo das rações balanceadas que, em dez anos, aumentou cerca de 235%.

O desempenho mais surpreendente, neste caso, foi do grupo que inclui o suco de laranja, em que o **VTI** médio cresceu mais de vinte vezes entre 1970 e 1980. Da mesma forma, no caso da produtividade, o grupo de indústrias que inclui o álcool apresentou um aumento de 475% em dez anos, enquanto que, no do suco de laranja esse crescimento foi de 431%.

Os Quadros 12, 13 e 14, permitiriam ainda muitas outras observações. Contudo, ficam faltando, conforme ressaltado antes, as informações referentes a 1985, que permitiriam confirmar ou não as tendências verificadas até aqui.

Apesar disso, algumas suposições podem ser levantadas. No conjunto dos grupos de indústria aqui considerados, alguns mantiveram, na presente década, acelerados ritmos de crescimento. Esta seria, certamente a situação dos grupos que englobam o álcool e o suco de laranja. Por outro lado, grupos de indústria como os do açúcar e dos óleos vegetais, por exemplo, podem ter diminuído seu ritmo de expansão no estado. Isto teria ocorrido em decorrência do menor crescimento da demanda por óleos vegetais, farelos protefnicos ou açúcar, na presente década, mas, provavelmente, esses grupos ainda incorporaram novas unidades processadoras, cujo início de implantação ocorreu no final da década de 70, mas que entraram em operação apenas no início dos anos 80.

Diante do extraordinário aumento da produtividade e da rentabilidade de alguns grupos de indústria que compõem a agroindústria em **São Paulo**, verificado anteriormente, é compreensível a enorme expansão do cultivo da cana-de-açúcar, da laranja, e da soja, entre 1970 e 1980.

Uma parcela dos lucros pode ser transferida ao **Setor Agrícola**, incentivando a entrada de novos agricultores na produção dessas lavouras.

O abandono dos cultivos tradicionais tem sentido, dentre outros fatores, porque a atividade de processamento não poderia sustentar preços tão atraentes quanto os da cana-de-açúcar, laranja ou soja.

Esse desfecho do processo de modernização da agricultura era bastante previsível, considerando que a questão do mercado interno – abastecimento de gêneros alimentícios, a uma parcela crescente da população, cuja renda deveria ser suficiente para os adquirir a preços que não desestimulassem sua produção no ano seguinte, nunca foi alvo de qualquer política econômica traçada para o país.

***Leila Tendrih de Freitas Almeida**, economista da **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados**, do governo do **Estado de São Paulo**.*

CEVADA

PRODUÇÃO MUNDIAL DE CEVADA – 1984/85 – 1988/89
(milhões de toneladas)

ESPECIFICAÇÃO	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88	1988/89[1]
URSS	41,8	46,5	53,9	58,4	50,5
CEE	54,4	50,8	46,5	46,7	50,0
Europa Oriental	17,1	16,4	16,9	16,2	16,4
Canadá	10,3	12,4	14,6	14,4	10,0
EUA	13,0	12,9	13,3	11,5	6,3
China	7,3	6,2	6,1	6,3	6,3
Austrália	5,6	4,9	3,6	3,3	3,7
Outros	25,2	27,2	27,0	24,3	26,9
Mundo	174,8	177,2	182,0	181,0	170,1

FONTE – USDA – Foreign Agricultural Service

[1] Previsão.

BRASIL – E ESTADOS DA REGIÃO SUL – CEVADA EM GRÃO – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO – 1985-1988

ESPECIFICAÇÃO	1985	1986	1987	1988[1]
Rio Grande do Sul				
área colhida (ha)	48.324	49.317	41.761	39.882
produção (t)	66.104	80.044	70.955	59.665
rendimento (kg/ha)	1.368	1.623	1.699	1.496
Santa Catarina				
área colhida (ha)	25.656	26.018	19.224	21.972
produção (t)	41.902	45.332	31.559	28.770
rendimento (kg/ha)	1.633	1.742	1.642	1.309
Paraná				
área colhida (ha)	36.297	27.600	40.670	45.000
produção (t)	56.623	60.000	92.000	54.000
rendimento (kg/ha)	1.560	2.174	2.262	1.200
BRASIL				
área colhida (ha)	110.321	102.966	101.686	106.875
produção (t)	164.726	185.520	194.630	142.478
rendimento (kg/ha)	1.493	1.802	1.914	1.333

FONTE – IBGE.

[1] Estimativa em outubro de 1988.

Nos últimos três anos, a produção de cevada cervejeira apresentou melhores resultados no rendimento físico e na qualidade, em virtude das boas condições climáticas e de novas técnicas de cultivo. Para a atual safra, esperava-se inicialmente a manutenção do patamar do rendimento, mas a estiagem que assolou a região **Sul** do país, no período de desenvolvimento da planta, frustrou tal expectativa. A produção deverá reduzir-se cerca de 27%, situando-se em torno de 142 mil t (ver Quadro).

O **Paraná**, atualmente o principal estado produtor, com rendimento em torno de 2.000 kg/ha deverá ser mais afetado. No **Sudoeste** paranaense, a cevada deverá apresentar rendimento inferior ao **Sul** e **Centro-Sul** do estado, onde o plantio foi um pouco mais tardio. As chuvas, no final de setembro, apesar dos pequenos índices registrados, minimizaram as perdas. No **Rio Grande do Sul**, a quebra deverá ser menor, pois as chuvas que sucederam ao período de **seca** possibilitaram melhor rendimento. Entretanto, o rebrote ocasionado pelas chuvas foi prejudicial, tendo alterado seu teor germinativo. Em **Santa Catarina**, onde a produtividade já era baixa, a produção será 24% inferior ao previsto inicialmente.

Não se tem certeza do total passível de utilização pelas maltarias, pois a colheita está em andamento. Teme-se que as altas temperaturas ocorridas, em agosto e setembro, tenham alterado o teor de proteína do grão e a taxa de germinação, reprovando-o para o fabrico do malte.

Todos os fatores levam a crer que, no próximo ano, haverá um incremento significativo na importação do grão, pois, além da redução na produção e da qualidade inferior desta safra, haverá um aumento de 27% na capacidade de produção da **Agromalte** e, conseqüentemente, acréscimo em sua demanda por cevada cervejeira, cujo consumo previsto para 1989, no país, é de 299 mil t.

No mercado internacional, os preços da cevada cervejeira e do malte estão elevados. As perdas ocorridas nas plantações norte-americanas[1] e canadenses, o aumento da demanda por parte da **URSS** e da **China** e a redução no subsídio à exportação concedido pela **Comunidade Econômica Européia** estimularam tal aumento. Nos últimos dois anos, a cotação mundial da cevada cervejeira dobrou. Na **Austrália**, ela está cotada em US$ 170/t para entrega em 1989. Em 1987, o **Brasil** importou a cevada australiana por US$ 86,6/t e, na **Europa**, as compras foram cotadas a US$ 78,00/t. Atualmente, está cotada, na **CEE**, a US$ 150/t mais subsídio para as de "fileira de inverno" e US$ 175/t mais subsídio para as de "fileira de primavera"[2].

Apesar da menor produção brasileira e da elevada cotação no mercado internacional, o preço recebido pelo produtor de cevada (acordado com as maltarias) deverá situar-se em torno do preço mínimo (22,473 **OTN/t**) com início de operação em novembro e reajustável até dezembro. Este preço cobre apenas os custos. Segundo o **Deral**, para uma produtividade média de 2.000 kg/ha, o custo de produção deverá situar-se em torno de 1,35 **OTN/saco**, com custo variável em torno de 0,84 **OTN/saco**. Logo, a rentabilidade seria nula, para o produtor que alcançasse aquele rendimento. A cevada que não atingir os requisitos necessários à comercialização será vendida às indústrias de rações, a preços muito inferiores.

1 **A seca** afetou principalmente a região onde se planta a cevada cervejeira, tendo seu estoque praticamente terminado este ano.

2 No **Hemisfério Norte**, a cevada é plantada em duas épocas diferentes. A cevada de "fileira de inverno" é plantada antes do inverno e colhida logo que se inicia a primavera. A cevada de "fileira de primavera" é plantada na primavera e colhida no verão. No **Brasil**, a cevada é plantada no inverno e colhida na primavera, pois a variedade de inverno exige temperaturas muito baixas.

SOJA: MERCADO INTERNACIONAL

EUA – EXPORTAÇÕES DO COMPLEXO DA SOJA 1984/85[1] – 1987/88[1] – (em mil t)

ANO	GRÃO	FARELO	ÓLEO
1984/85	16.722	4.457	744
1985/86	20.150	5.476	567
1986/87	21.361	6.598	531
1987/88	20.470	6.187	837

FONTE – "Oil World".
[1] outubro/setembro.

CEE – PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS ÓLEOS VEGETAIS 1988/89[1] – (em mil t)

ÓLEO	PRODUÇÃO
Soja	2.190
Colza	2.180
Girassol	1.704
Milho	174
Linhaça	126
Algodão	72
Coco	55

FONTE – "Oil World".
[1] outubro/setembro.

ÓLEO DE SOJA – PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS 1988/89[1] – (em mil t)

PAÍS	PRODUÇÃO
EUA	5.152
Brasil	2.952
Argentina	1.265
Japão	689
China	659
R. F. Alemanha	465
Holanda	446
Espanha	379
Formosa	370
Itália	352

FONTE – "Oil World".
[1] outubro/setembro.

A estimativa de novembro do **USDA**, para a safra norte-americana, foi ligeiramente superior à de outubro, atingindo 41,1 milhões de t (+ 0,7%). Circulava no mercado estimativa pouco maior, de 41,2 milhoes de t. Assim, a subseqüente baixa das cotações em Chicago não foi tão acentuada, devendo-se, sobretudo, a vendas **técnicas** derivadas do excesso de posições compradas.

Todo o complexo da soja passou, então, a apresentar tendência de baixa, pois foram divulgadas previsões de chuvas na **América do Sul** e estimativas referentes a aumento no ritmo do esmagamento da soja sul-americana.

A competição no mercado internacional permanece acirrada e o governo dos **EUA** planeja combater alegados subsídios à produção argentina. Tendo sido rejeitada a adoção de novos critérios para o **EEP**, que tornariam o óleo de soja norte-americano competitivo com o da **Argentina**, pensa-se agora em estabelecer sanções contra produtos à base de couro daquele país.

Segundo a **US National Soyabean Processors Association**, os argentinos subsidiam as vendas dos derivados e aplicam taxação mais elevada à soja em grão. Este diferencial tinha sido reduzido no ano passado, mas se ampliou outra vez, com um novo desconto de 3% dado às exportações do farelo e do óleo.

No caso da **CEE**, prossegue a discussão em torno da **Política Agrícola Comum**, e a **Comunidade** voltará a defender na **Rodada Uruguai**, do **GATT**, em dezembro, no Canadá, um congelamento dos programas de apoio nos níveis vigentes em 1984. Os **EUA** deverão ser, pela primeira vez, favoráveis a congelamento ou redução dos subsídios agrícolas, com prazo até o ano 2000.

A safra de soja da **CEE**, este ano, superou a meta oficial em 23,07%, com 1,6 milhão de t. Isto fará com que o comitê voltado para a produção de óleos e gorduras reduza em 10,35% o preço de garantia da **Comunidade**.

No **GATT**, o chamado **Cairns Group**, constituído por treze países, de que fazem parte o **Brasil**, o **Canadá** e a **Austrália**, defende reduções anuais de 10%, em 1989 e 1990, no total dos dispêndios com o apoio aos agricultores.

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

CAFÉ

A **Portaria nº 331,** de 13/10/88, do **Ministério da Fazenda,** regulamenta a execução orçamentária e financeira dos empréstimos do **Orçamento das Operações Oficiais de Crédito** destinados ao financiamento da **Política de Preços Agrícolas** para aquisição de café e despesas de manutenção de estoque no mercado interno **(D.O.U.,** de 14/10/88).

A **Resolução nº 78,** de 19/10/88, do **IBC,** autoriza a concessão de registros para instalação de novas indústrias de torrefação e moagem de café e condiciona essa concessão, às que pretendam instalar-se na faixa de fronteira, à prévia análise das características sócio-econômicas da região e da capacidade operacional e comercial da empresa. Esta análise deverá ser efetuada pelos setores técnicos do **IBC** e, quando necessário, pela **Comissão de Planejamento e Coordenação de Combate ao Contrabando (D.O.U.,** de 21/10/88).

LEITE

A **Portaria nº 85,** de 14/10/88, da **Sunab,** regulamenta a comercialização do leite no que se refere a períodos de formação da quota mínima, forma de pagamento e deduções autorizadas.

QUADRO 15 – BRASIL – PREÇOS DO LEITE A PARTIR DE 17/10/88 (Cz$/litro)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PREÇO AO PRODUTOR (MÍNIMO) Leite quota[1]	PREÇO MÁXIMO AO CONSUMIDOR Leite esterilizado[2]
PE	110,43	167,00
AL	110,43	167,00
SE	110,43	167,00
BA	110,43	167,00
MG[3]	92,00	157,00
ES[3]	92,00	157,00
RJ[3]	92,00	157,00
SP[3]	92,00	145,00
PR[3]	92,00	145,00
SC[3]	92,00	145,00
RS[3]	92,00	157,00
MS	92,00	157,00
MT[3]	92,00	157,00
GO[3]	92,00	157,00
DF[3]	92,00	157,00

FONTE – Sunab.
[1] O preço do leite-quota para indústria foi fixado em Cz$ 86,90/litro;
[2] leite esterilizado (integral, desnatado ou semidesnatado, envasado mecanicamente em embalagens invioláveis, de material cartonado), com 3% de gordura;
[3] inclui o valor correspondente à incidência do Imposto de Circulação de Mercadorias.

A **Portaria nº 86,** de 14/10/88, da **Sunab,** reajusta os preços do leite (ver Quadro 15) **(D.O.U.,** de 17/10/88).

MEIO AMBIENTE

A **Portaria Interministerial nº 01,** de 30/09/88, dos **Ministros da Agricultura, Interior** e da **Reforma e Desenvolvimento Agrário,** determina que o **IBDF** e a **Sema** sejam ouvidos em todos os processos de aquisição de imóveis rurais para fins de reforma agrária, nos casos de destinação de terras devolutas para assentamento de agricultores e em todos os projetos de colonização particular submetidos ao **Mirad (D.O.U.,** de 14/10/88).

O **Decreto nº 96.943,** de 12/10/88, suspende, por prazo de noventa dias, a aprovação de projetos agrícolas e pecuários, na **Amazônia Legal,** em área de floresta tropical para conces-

são de incentivos relativos ao **Fundo de Investimento da Amazônia**, suspendendo, pelo mesmo prazo, a concessão de créditos oficiais de investimento à pecuária. O **Decreto** também suspende concessão de incentivos e créditos oficiais a projetos agropecuários na **Mata Atlântica** em áreas revestidas de floresta nativa, incluídas aquelas em fase de regeneração. Ao fim dos noventa dias deverão ser estabelecidos novos critérios e normas para a concessão dos créditos e incentivos oficiais neles referidos.

O **Decreto nº 96.944**, de 12/10/88, cria o **Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal**, denominado **Programa Nossa Natureza**. O **Programa** tem como objetivo: a) conter a ação predatória sobre o meio ambiente e os recursos naturais renováveis; b) estruturar um sistema de proteção ambiental; c) desenvolver processo de educação ambiental e de conscientização pública para a preservação do meio ambiente; d) disciplinar a ocupação e exploração racionais da **Amazônia Legal**; e) regenerar o complexo de ecossistemas afetados pela ação antrópica, e f) proteger as comunidades indígenas e as populações envolvidas no processo de extrativismo.

O **Decreto** cria para tanto uma **Comissão Executiva do Programa Nossa Natureza**, composta por representantes dos **Ministérios da Agricultura, do Interior, da Ciência e Tecnologia** e da **Reforma e Desenvolvimento Agrário**, do **Gabinete Civil da Presidência da República** e dos **Secretários de Planejamento e Coordenação e de Assessoramento da Defesa Nacional, da Presidência da República**. Também poderão participar, como convidados, representantes dos estados localizados na área da **Amazônia Legal**.

Para atender os objetivos do **Programa** serão criados seis **Grupos de Trabalho Interministerial**: 1) **Proteção da Cobertura Florística**; 2) **Substâncias Químicas e Processos Inadequados de Mineração**; 3) **Estruturação do Sistema de Proteção Ambiental**; 4) **Educação Ambiental**; 5) **Pesquisa**, e 6) **Proteção do Meio Ambiente, das Comunidades Indígenas e das Populações Envolvidas no Processo Extrativista** (**D.O.U.**, de 13/10/88).

PREÇOS MÍNIMOS

O **Decreto nº 96.661**, de 08/09/88, fixa os preços mínimos da raiz da mandioca, safra 1988/89, em 0,004063 **OTN**/kg. Segundo o **Decreto**, a garantia dos preços mínimos do produto só será efetivada, em caráter excepcional, mediante aquisições de raiz para imediata industrialização. Normalmente, a garantia deverá ser assegurada através dos derivados (farinha, fécula e raspa) cujos preços mínimos foram fixados pelos **Decretos nº 95.768** (03/03/88) e **95.817** (11/03/88) para as regiões **Centro-Sul** e **Norte/Nordeste**, respectivamente (**D.O.U.**, de 09/09/88).

TRIGO

A **Portaria nº 52**, de 11/07/88, da **Sunab**, atribui, no segundo semestre de 1988, cota adicional de 195 mil t de trigo para os moinhos, tendo em vista que a estimativa de consumo feita na **Portaria nº 47**, de 28/06/88 (ver **Agroanalysis**, vol. 12, nº 8, agosto de 1988) pode revelar-se insuficiente, à vista do inesperado crescimento da demanda (**D.O.U.**, de 13/06/88).

A **Portaria nº 55**, de 04/08/88, da **Sunab**, fixa em Cz$ 55.082/t, o preço de venda, aos moinhos, do trigo importado e do trigo e/ou triticale de procedência nacional, com **PH 78**. Neste valor, estão incluídas despesas com **ICM** e demais gastos necessários à entrega. A mesma **Portaria** fixa em Cz$ 3.940,70/kg o preço da farinha de trigo comum e em Cz$ 5.041,20/50 kg o da especial (**D.O.U.**, de 08/08/88).

A **Resolução nº 1.508**, de 08/08/88, do **Bacen**, fixa em 22,473 OTN/t o preço de aquisição do trigo nacional da safra 1988 e, em 20,225 OTN/t o do triticale da mesma safra. Estes preços são válidos para o produto do tipo básico, **PH 78**, a granel, com grau de umidade de até 13% e são válidos até 31/01/89. A partir de fevereiro de 1989, passará a vigorar o valor pago, em cruzados, durante o

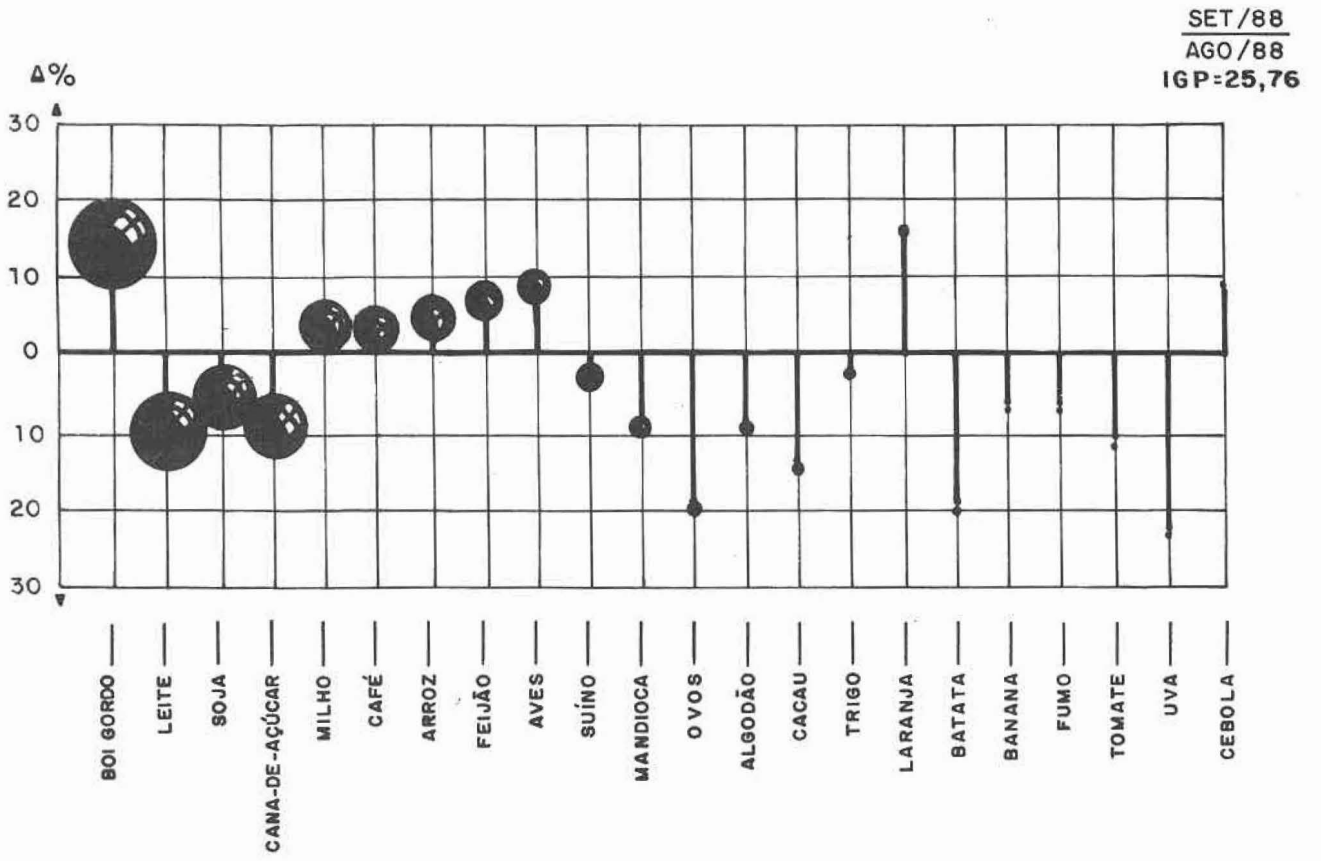


mês de janeiro de 1989 (**D.O.U.**, de 09/08/88).

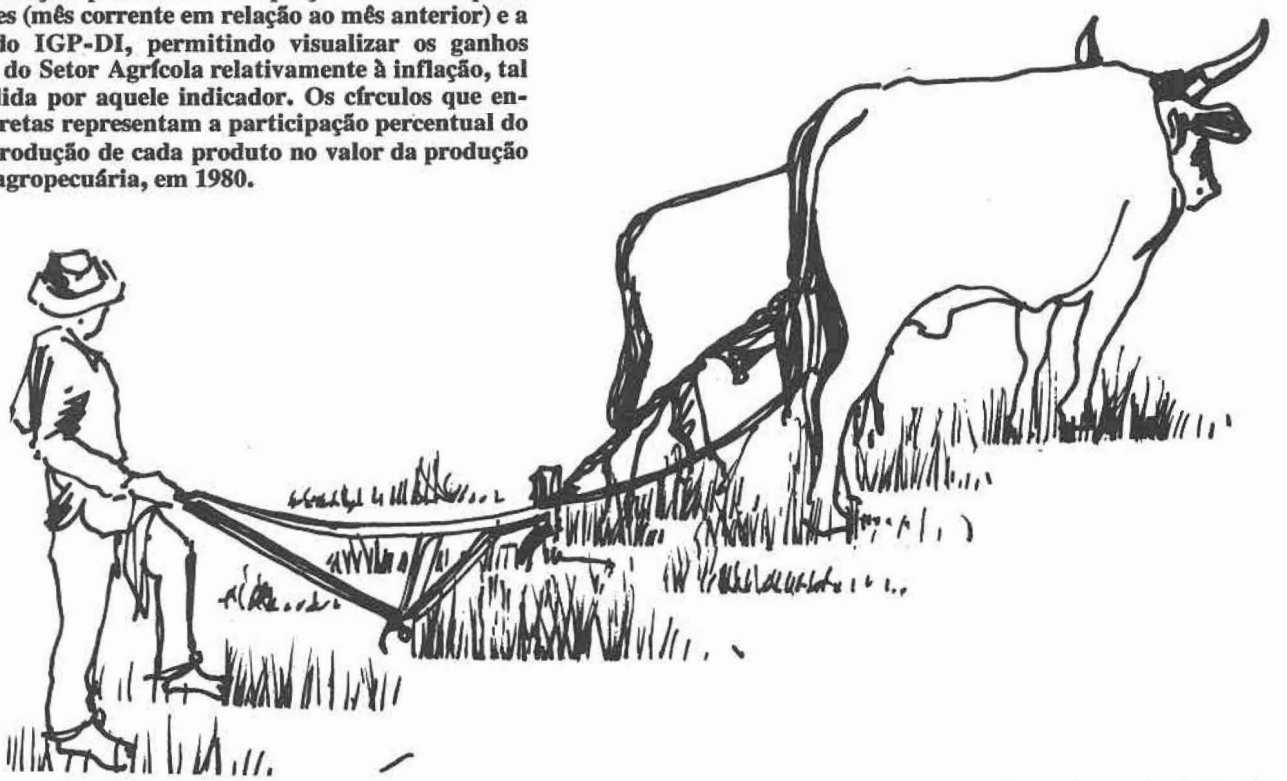
A **Portaria nº 56**, de 05/08/88, da **Sunab**, estabelece que os preços em cruzados, a vigorarem no mês de agosto, para aquisição do trigo e triticale serão de Cz$ 44.552,27/t e Cz$ 40.095,65/t, respectivamente, para o produto com **PH 78** (**D.O.U.**, de 09/88/88).

A **Portaria nº 70**, de 26/08/88, da **Sunab**, fixa em Cz$ 66.650/t o preço de venda aos moinhos do trigo em grão de procedência estrangeira e do trigo de produção nacional, com **PH 78**. O preço de venda do triticale será de Cz$ 59.985/t. A mesma **Portaria** fixa em Cz$ 4.724,10/50 kg o preço da farinha de trigo comum e em Cz$ 6.043,40/50 kg, o da farinha especial (**D.O.U.**, de 29/08/88).

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES



No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP-DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980.



PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de outubro*)
1 – Preço médio um ano antes
2 – Preço médio no mês de outubro*
3 – Preço médio na última quinzena de outubro*
4 – Preço médio na última semana de outubro*
5 – Comportamento dos Preços Futuros
6 – Tendência do mercado
7 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

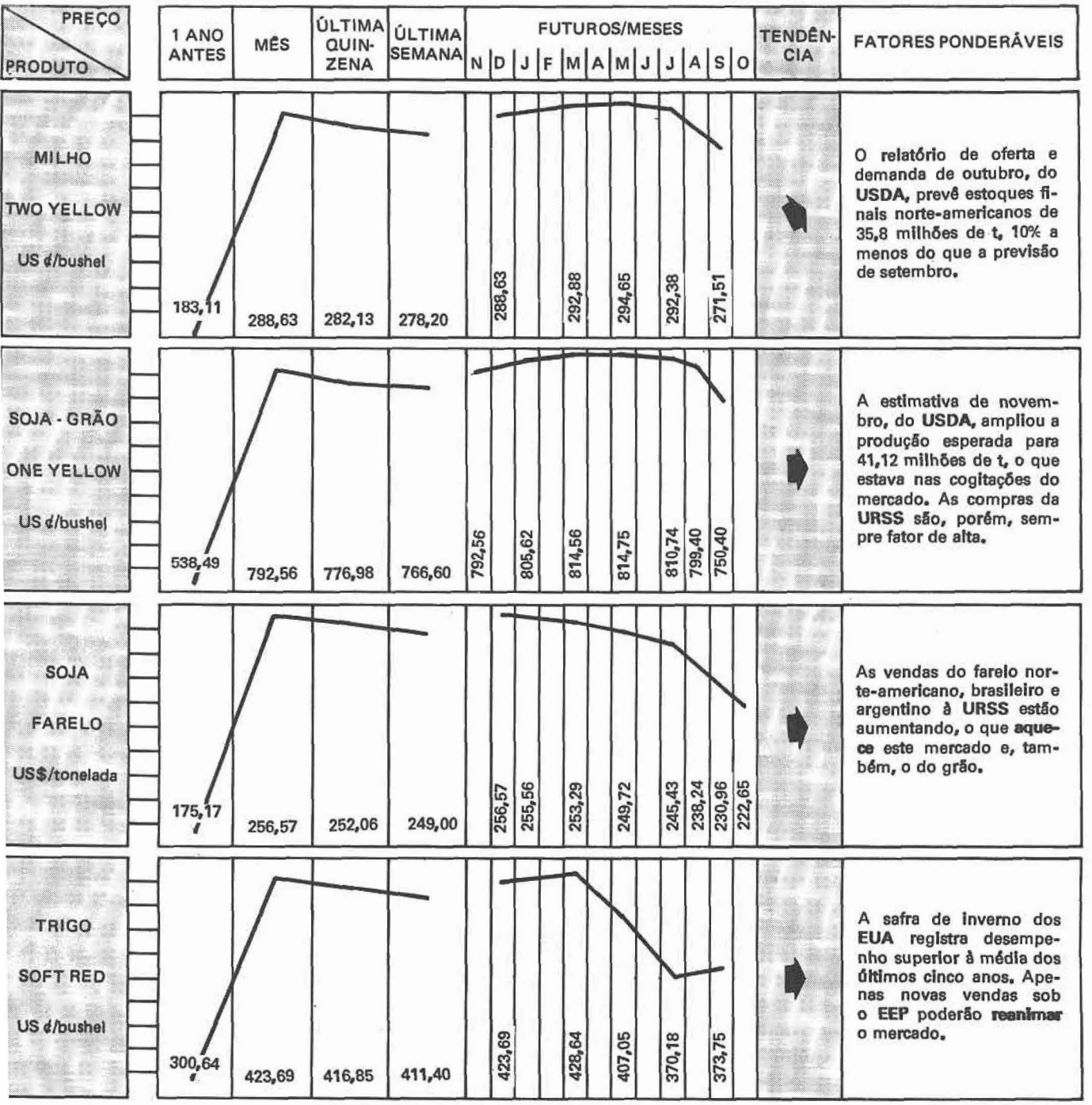
*futuro – primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	6,60	9,51	9,90	10,04			9,51		9,82		9,61		9,48			9,40	↗	Verifica-se alguma expectativa quanto a compras por parte de países da **Europa Oriental.**
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	67,77	54,52	55,34	55,85		54,52			54,53		54,55		54,97			55,14	↗	Segundo a publicação norte-americana **"Futures Market Service"**, o mercado pode ser influenciado negativamente pela colheita dos **EUA.** Contudo, há pouco risco de baixa.
CACAU BAHIA US$/tonelada	1.819,90	1.280,71	1.327,40	1.310,80		1.280,71			1.260,00		1.276,67		1.296,10			1.315,71	↗	Prossegue a tendência aos preços baixos. A alta das duas últimas semanas se deve a movimentos conjunturais sem relação com os fundamentos do mercado.
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE USd/lb-peso	122,75	124,59	125,18	125,26		124,59			125,69		125,76		125,76			125,02	↗	Verifica-se excesso de oferta no mercado.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Nova Iorque.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).



)NTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Chicago.

OTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 – Preço médio de outubro de 1987, corrigido pelo IGP, para outubro de 1988
2 – Preço médio no mês de outubro
3 – Preço médio na última quinzena de outubro
4 – Preço médio na última semana de outubro
5 – Tendência do mercado
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias.

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6–Sul do BR Cz$ /15 kg 1º futuro	14.935,71	8.615,38	9.428,57	10.000,00	↘	Embora o abastecimento não deva ter problemas, até março, a escassez dos tipos finos, de 6 para melhor, provocará elevação das cotações
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cz$ /sc. 60 kg	7.959,61	7.550,00	7.660,00	8.100,00	→	Não há decisões concretas quanto aos meios de acelerar a liberação dos elevados estoques governamentais.
CAFÉ Tipo 6 Cz$ /sc. 60 kg	41.749,07	51.653,42	53.253,89	52.282,50	↘	Preços devem subir em face de provável quebra na futura safra.
BOI GORDO Cz$ /arroba	10.107,79	10.000,00	10.000,00	10.000,00	↘	A oferta ainda não está completamente regularizada em fins da entressafra. Verifica-se exportação de mil t da **quota Hilton** à CEE.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: Dira-Cati e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA – Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP-DI.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERAVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cz$ /sc. 60 kg	14.801,77	8.428,57	8.250,00	s/cotação	↓	O mercado continua bem abastecido e se detecta ligeira queda no consumo.
FRANGO Vivo Cz$ /kg	261,48	276,75	297,00	305,00	↑	Os aumentos dos preços do milho, da soja e da carne bovina vêm influenciando o mercado.
MILHO Amarelo Semiduro Cz$ /60 kg	3.171,95	3.682,89	3.900,00	4.050,00	↑	A alta é determinada pela entressafra e pela política de atualização real do preço mínimo.
SOJA - GRÃO Industrial Cz$ /60 kg	6.125,42	6.442,11	6.983,33	7.100,00	↑	Além de ser este período caracteristicamente de **alta**, pela menor oferta, há a influência do mercado externo, com as compras da **URSS** aos **EUA**.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: Dira-Cati e Frango Vivo: APA-SP.

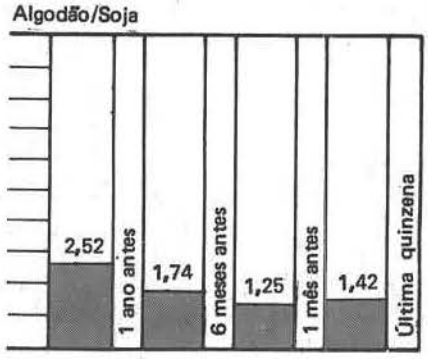
NOTA – Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP-DI.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (bushel).

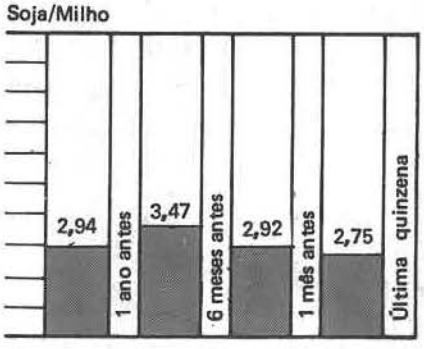
Na última quinzena, o preço do algodão aumentou 3,6% frente a um mês antes, enquanto o da soja depreciou-se 9%, fazendo aumentar, no período, o preço relativo. O mercado da fibra reagiu, assim, à expectativa de anúncio do programa de **set aside**, para 1989, da ordem de 25% (contra 12,5% em 1988), além de ter havido ligeira retomada do consumo do produto.

Algodão/Soja



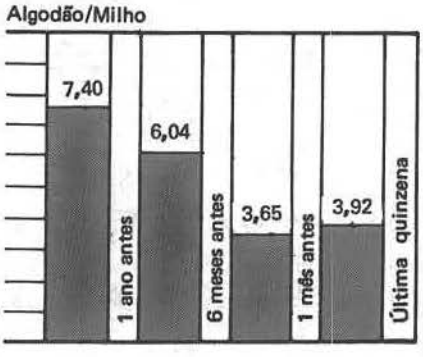
A contraposição da mencionada queda no preço da soja à desvalorização de 22%, registrada na cotação do milho, fez decrescer o preço relativo da última quinzena, em comparação com o anterior. O desenvolvimento do plantio da soja no **Brasil** e na **Argentina**, retomado após período de estiagem, levou os analistas norte-americanos a preverem aumento de 10% na colheita de ambos os países.

Soja/Milho



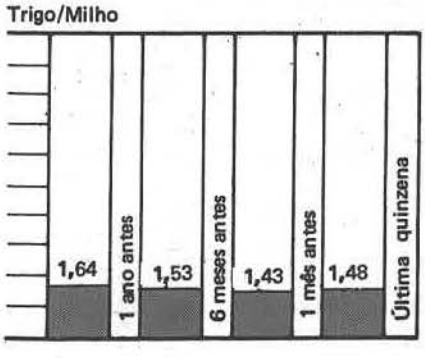
Os rumores de que os soviéticos e outros compradores estrangeiros estariam evitando adquirir o milho norte-americano devido à presença de aflatoxina, e o fracasso da quinta rodada de negociações entre **EUA** e **URSS** para o fechamento de novo acordo de longo prazo de fornecimento de cereais à **URSS**, respondem pelo enfraquecimento recente das cotações do milho, frente ao nível de um mês antes. Por este motivo, na última quinzena, aumentou o preço relativo.

Algodão/Milho



Na última quinzena, a cotação do trigo avançou 8% frente à média do mês. Esta **commodity** vem-se beneficiando do bom ritmo das exportações norte-americanas (beneficiadas pelo **EEP**) e do desenvolvimento normal do plantio da nova safra nos **EUA**. Assim, o último preço relativo foi superior ao precedente, embora ainda seja inferior ao nível de um ano antes.

Trigo/Milho

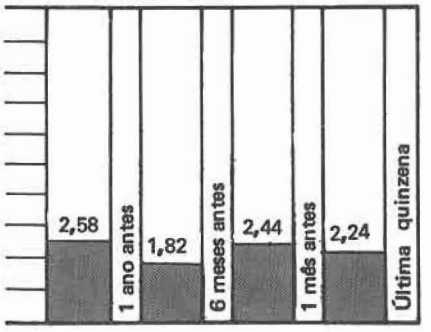


FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS · MERCADO INTERNO

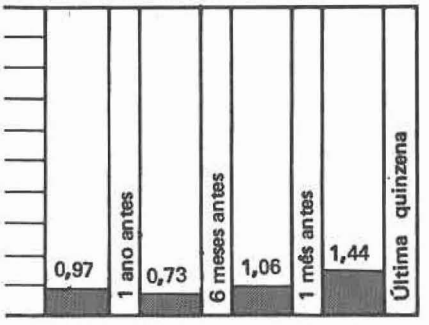
O preço relativo esteve inalterado, na última quinzena, em comparação com o de um mês antes, já que no período, ambos os produtos valorizaram-se 80%. Ainda na entressafra, embora em sua fase final, o mercado da carne bovina vem sendo caracterizado pela alta dos preços, a despeito de a queda acentuada do poder de compra da população ter limitado esta tendência.

Boi Gordo/Frango Vivo



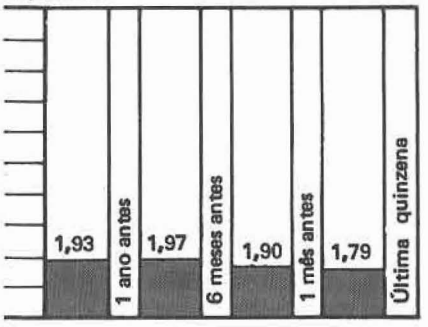
Elevou-se, na última quinzena, o indicador de lucratividade da exploração avícola, em cotejo com o patamar do mês anterior, já que o preço da ave cresceu mais acentuadamente do que o do insumo. Os avicultores têm aproveitado as elevações recentes da cotação da carne bovina e o fato de a produção de frango de corte estar estável frente a um ano antes, para buscarem maiores **retornos.**

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



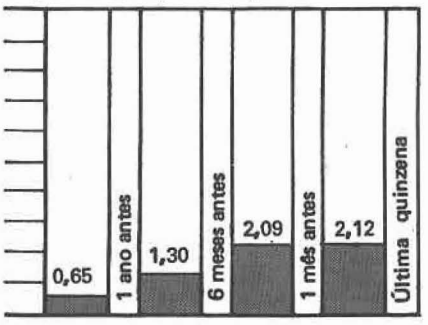
O expressivo aumento de 90% registrado, durante a quinzena, no preço do milho, frente a um mês antes, ultrapassou a majoração de 67% registrada no preço da soja, determinando, no período, a queda do preço relativo. Ambos os mercados encontram-se em fase de entressafra, e a inusitada valorização, no caso do milho, prende-se à maior demanda sazonal por parte da avicultura e da suinocultura, em razão da proximidade das festas de fim de ano.

Soja/Milho



O distanciamento nos preços das duas variedades se acentua, apesar da entrada de **feijão-preto** importado. Além dos preços praticamente equiparados aos do mercado interno, problemas operacionais dificultam a **internalização** do produto, que ocorre de forma gradual. O abastecimento do **feijão-de-cores** é normal.

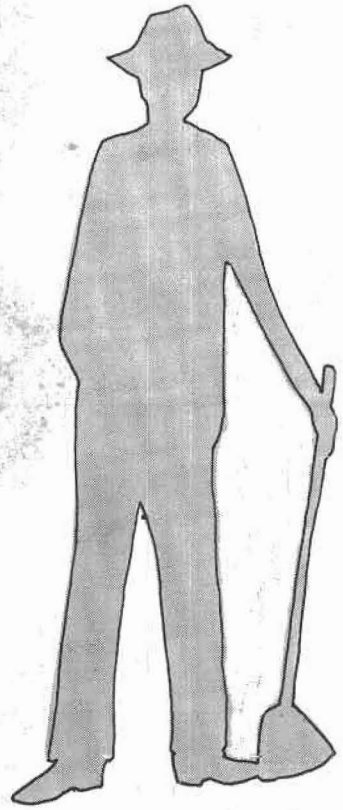
Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o **Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Sistema Brasileiro de Extensão Rural, Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola, Companhia de Financiamento da Produção, Secretarias de Agricultura** e **Secretarias de Planejamento.** Seus resultados segundo dispositivo legal (**Decreto 68.678/71**), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** têm aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



QUADRO 16 – LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1988, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE OUTUBRO[1]

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi	45.565	1.008.096[2]
Algodão	...	...
Algodão arbóreo (em caroço)	730.784	103.504
Algodão herbáceo (em caroço)	1.841.435	2.325.754
Alho	14.161	56.595
Amendoim (em casca)	101.826	170.460
Amendoim em casca (1ª safra)	71.646	129.280
Amendoim em casca (2ª safra)	30.180	41.180
Arroz (em casca)	5.959.010	11.816.985
Aveia (em grão)	127.155	137.412
Banana	458.102	514.638[3]
Batata-inglesa	172.942	2.303.869
Batata-inglesa (1ª safra)	105.922	1.408.894
Batata-inglesa (2ª safra)	67.020	894.975
Cacau (em amêndoa)	666.435	347.206
Café (em coco)	2.928.577	2.654.027
Cana-de-açúcar	4.413.026	276.592.760
Castanha de caju	469.936	140.102
Cebola	69.732	754.279
Centeio (em grão)	2.452	2.794
Cevada (em grão)	106.875	142.478
Coco-da-baía	193.786	634.615[2]
Feijão em grão	5.951.947	2.930.972
Feijão em grão (1ª safra)	3.424.913	1.704.006
Feijão em grão (2ª safra)*	2.527.034	1.226.966
Fumo (em folha)	291.681	454.111
Guaraná (semente)*	10.000	1.591
Juta (fibra)	13.533	16.054
Laranja	916.290	76.615.131[2]
Maçã	21.285	2.119.482[2]
Malva (fibra)	47.269	53.279
Mamona	275.823	157.792
Mandioca	1.747.737	21.418.422
Milho (em grão)	13.141.610	24.714.182
Pimenta-do-reino	23.151	57.752
Rami (fibra)	8.100	18.000
Sisal ou Agave (fibra)	301.035	198.929
Soja (em grão)	10.515.209	18.060.002
Sorgo (em grão)	194.792	318.376
Tomate	61.378	2.260.905
Trigo (em grão)	3.427.627	5.479.781
Uva	57.892	762.138

FONTE – IBGE.

1 Dados preliminares sujeitos a retificações;

2 mil frutos;

3 mil cachos.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organizaçao racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal 9052 – ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Ernani do Amaral Peixoto, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Mario Henrique Simonsen e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Alfredo Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Casimiro Ribeiro, Luiz Fernando da Silva Pinto, Marcos Pereira Vianna e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: Theodoro Arthou
Membros: Abgar Renault, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Antonio Ribeiro França Filho, Associação dos Bancos do Estado de São Paulo, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Henrique Sergio Gregori, Instituto de Resseguros do Brasil, Mario Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Pôrto, Salles/Interamericana de Publicidade.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian M. Chacel
Diretor Adjunto: Angelo Jorge de Souza

Centro de Análise Macroeconômica: Julian M. Chacel (respondendo)
Centro de Estatística de Preços: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estudos de Consumo: Beatriz Mello Flores de Lima
Centro de Estudos Empresariais: Angelo Jorge de Souza (respondendo)
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Paulo Nogueira Batista Jr.
Centro de Gerência e Economia da Informação: Julian M. Chacel (respondendo)
Conjuntura Econômica: Paulo Rabello de Castro